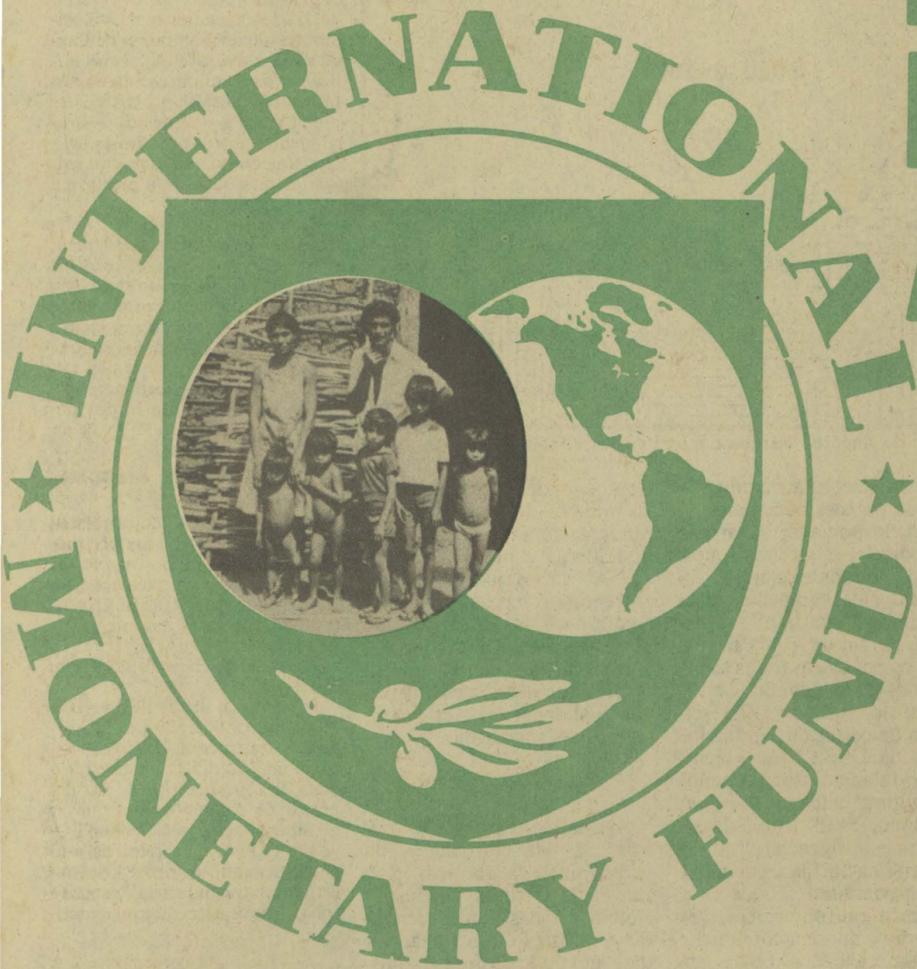


FMI COMANDA NOVO ATAQUE AOS SALÁRIOS!

O governo retornou aos braços do FMI. Embora ainda não tenha formalizado um acordo com a instituição, Sarney enviou uma equipe econômica a Washington para debater com os técnicos do Fundo os ajustes internos da economia brasileira. Ajustes à moda dos banqueiros estrangeiros, evidentemente. Como na época de Delfim e Figueiredo. É só observar o resultado: imposição do combate ao déficit público arrojando os salários do funcionalismo e reduzindo os investimentos estatais. Daí a investida contra a URP. Também a transação concluída com os credores, que prevê o refinanciamento de 5,8 bilhões de dólares, expressa um novo retrocesso na direção da chamada negociação convencional, que poderá resultar em mais recessão e miséria. Mas o mar não está para peixe. A cada dia mais desmoralizado, o governo tem enfrentado sérias resistências, conforme descrevem as matérias da página 7.



FMI: como sempre, exigindo arrocho e recessão

EDITORIAL

Decididamente indeciso

O FMI exige, o povo não suporta, os militares não querem. Por isto, em relação à URP, o governo decide que fica indeciso. Mas mesmo assim José Sarney insiste em ficar cinco anos. E ainda manda o ministro Paulo Brossard reclamar da imprensa notícias sobre "as coisas boas que o governo faz".

Todo mundo sabe a receita do FMI: arrochar os salários, pagar com o "sangue e a miséria do povo" os pesadíssimos encargos da dívida externa. E, cumprindo esta ordem, o ministro Mailson da Nóbrega, da Fazenda, colocou na pauta o congelamento da URP durante três meses, para o funcionalismo público. Isto apesar da URP, mesmo vigorando, provocar perda significativa do poder aquisitivo dos assalariados.

Temendo um desgaste maior — se é que isto ainda é possível — num momento em que trava uma batalha desesperada para evitar que a Constituinte vote os quatro anos de mandato, Sarney recuou. Mas já anunciou que não desistiu de "uma pancada forte" nas despesas com pessoal e em outras áreas. A única coisa que não pensa em cortar, é o pagamento da dívida externa, que é, de longe, o maior gasto do país. Este é o resultado dos acordos com os banqueiros internacionais e da aceitação, de novo, do monitoramento da economia pelo FMI.

O desgoverno, entretanto, não pára aí. Nas últimas semanas Sarney semeou frenética campanha, de inequívoco caráter golpista, contra a Constituinte. E colheu uma enchente de protestos. Não conseguiu reunir nem o conjunto de seus ministros para um pronunciamento público em favor de suas teses. E, coisa que nunca aconteceu desde o golpe de 1964, um encontro de todos os presidentes de partidos desaprovou qualquer investida contra a normalidade constitucional e reafirmou a independência da

Assembleia Constituinte para definir o sistema político no país.

Diante deste quadro tenso, cada dia mais instável, cresce a necessidade de unir o máximo de forças para realizar, de fato, mudanças de caráter democrático na nova Carta. Não unir no abstrato e abrindo mão dos anseios do povo como pregam alguns como forma para evitar um golpe. Mas unir com base na mobilização das grandes massas de trabalhadores e de todas as correntes amantes da liberdade. União para repudiar energeticamente os trejeitos ditatoriais de Sarney e para consagrar a opinião geral de eleições presidenciais neste ano — se possível 120 dias após a promulgação da Constituição, como apontam expressivas forças progressistas.

Reforça-se, com esta situação, a exigência de liquidar, de uma vez por todas, com o sistema antidemocrático do presidencialismo. Está aí, para quem quiser ver, como é danoso ao país a manutenção de um presidente absolutamente isolado, avesso à opinião pública, que não encontra sustentação nem dos políticos tidos até recentemente como amigos íntimos, com o único argumento de que "meu mandato é de tantos anos e pronto, desgovernarei até o fim". E, no caso, o fim pode não ser apenas do mandato. O parlamentarismo impõe-se, portanto, não como uma formulação de desejo ou proposição teórica, é uma urgência demonstrada pela vida.

Não dá para conciliar com este governo, que já morreu mas nega-se a abandonar a cena. Que nem ao menos é capaz de ouvir as mínimas reclamações do povo e, para satisfazer os agiotas internacionais, ainda quer arrancar mais um pouco dos que já não têm nada. Mas que concilia com o capitão invasor da prefeitura de Apucarana, que acaba de ser colocado em liberdade, e com os corruptos mais descarados, que continuam impunes.

CONJUNTURA:

1 O governo Sarney fica encalacrado

Depois de ter avançado nos ataques contra a Constituinte e de ter conspirado contra ela, o presidente recebeu ataques de todas as partes. Uma reunião entre os partidos políticos selou, dia 3, a defesa da Assembleia.

2 E a constituinte começa a avançar

Direito de greve nas "atividades essenciais", unicidade sindical, voto aos 16 anos e liberdade partidária foram alguns dos itens aprovados depois que o "Centrão" se desfez, envolvido em contradições. Pag. 3.



Sob forte chuva, assembleia aprova o reforço ao movimento

Passeata em apoio aos palestinos

Em protesto contra a brutal repressão desencadeada por Israel contra o povo palestino na Cisjordânia e Faixa de Gaza, será realizada uma passeata no próximo dia 10, às 16 horas, no centro de São Paulo. A manifestação está sendo convocada por cerca de 30 entidades e sairá da Praça Ramos de Azevedo (diante do Mappin) em direção à Praça da Sé.

Funcionalismo de São Paulo decide manter a greve

Em assembleia realizada de baixo de forte chuva, na quinta-feira, dia 3, os servidores públicos estaduais de São Paulo decidiram manter a greve iniciada no último dia 11. Também foi aprovado uma nova calendário de mobilizações visando ampliar o movimento no Estado. Um milhão de panfletos serão distribuídos à população explicando os motivos da paralisação. Antes da assembleia na praça da Sé, os trabalhadores do setor de educação fizeram o enterro simbólico do governador Orestes Quéricia. Segundo estimativas das lideranças do funcionalismo, mais de 50

mil grevistas participaram das manifestações no centro da capital.

O governo do Estado foi duramente criticado pelos manifestantes. Além de se recusar a negociar diretamente com as entidades do funcionalismo, Quéricia tem abusado na utilização de forte aparato policial e na perseguição dos grevistas — com demissões e ameaças de processos administrativos. Ao mesmo tempo, o governo dá sinais de fraqueza, solicitando aos deputados do PMDB que negociem em seu nome. Veja matéria na página 8.

Por que Gorbachev ataca Stálin?

Depois de 35 anos de sua morte, o homem que substituiu Lênin à frente do PCUS volta às manchetes dos jornais. Para realizar a chamada *perestroika*, Gorbachev precisa matar, de novo, Josef Stálin. Pag. 5



Centro de Documentação e Memória Maurício Grabois

URSS

Volta o sentimento nacionalista

Manifestações de massas contra a opressão nacional na URSS. Na Armênia e em Nagorno-Karabash saem às ruas reivindicando a reintegração do território de Nagorno-Karabash à Armênia — ele parte do Azerbaijão desde 1920. Por trás desta reivindicação, a luta contra o chauvinismo grão-russo, ressuscitado na URSS após a ascensão de Krushev e seus seguidores revisionistas ao poder, nos anos 50.

O atual dirigente do Kremlin, Mikhail Gorbachev, enviou mensagem para a região pedindo "calma e maturidade cívica" à população. Junto com a mensagem, mandou tropas do Exército, tanques e pára-quedistas para reprimir o povo. O próprio governo admite a existência de mortos e feridos nos enfrentamentos entre a população e os gendarmes. Não divulga, contudo, o número de vítimas. Em várias cidades as fábricas, lojas e serviços públicos foram paralisados por greves de protesto.

Por que na URSS, que quando era socialista já foi exemplo para o mundo do tratamento da questão das nacionalidades, ressurge com força a reivindicação nacionalista?

Ocorre que com o incentivo aos elementos capitalistas, iniciado com Krushev e agora,

com Gorbachev, ganhando um impulso ainda mais forte, voltam à cena a opressão nacional e o sentimento nacionalista burguês. Na época do socialismo, isso não tinha espaço, pois o próprio desenvolvimento constante da URSS — envolvendo todas as suas nações (veja artigo na página 5) — contemplava as aspirações dos povos das várias nacionalidades a uma vida digna, sem exploração.

Em várias repúblicas — Armênia e Azerbaijão inclusive — a maior parte da população nativa se dedica à agricultura, enquanto que a mão-de-obra na indústria e na construção é composta na maioria por trabalhadores russos e de outra república, conforme a revista "Filosofia nauki".

RUSSIFICAÇÃO

Ao mesmo tempo, os dirigentes soviéticos pretendem que as minorias nacionais assimilem "a língua supranacional do povo soviético" (o russo naturalmente), visando superar uma pretensa "tradição de isolamento e atraso" das nações menores (Revista "Socializm e naci"). E a revista "Veprosi literaturi" aconselha os "representantes de cada nação" a "trabalhar pela criação

de valores comuns, deixando de lado os limites nacionais no pensar, nas relações sociais, no modo de vida, tradições, costumes, ingressando assim no caminho da convivência internacional dos homens".

É devido a essa opressão que, por exemplo, 60% da população urbana e 80% da população rural de Maldávia, Geórgia e Uzbequistão não querem trabalhar numa mesma coletividade com pessoas de outras nacionalidades (em especial, com russos) e a maior parte dos habitantes destas repúblicas preferem enviar seus filhos a escolas na língua materna, apesar da pressão das autoridades pela assimilação do russo (dados da revista "Veprosi istorii").

AUSÊNCIA DE EXPLORADORES

Que diferença da época do socialismo! Quando eram Lênin e Stálin os dirigentes da URSS, a Filândia recusou-se a integrar as repúblicas soviéticas, e seu desejo foi respeitado. Polemizando com Bukhárin (agora reabilitado por Gorbachev), Lênin dizia, em 1919: "Todas as nações têm o direito à autodeterminação", e por isso defendia que o programa dos comunistas não devia falar da autodeterminação apenas dos trabalhadores, "por que isto é falso. Deve falar do que realmente existe", mesmo considerando que "uma nação é a burguesia junto com o proletariado".

Essa política foi levada adiante por Stálin que, ao abordar o projeto de Constituição da URSS em 1936 defendeu a manutenção do direito das nações organizarem-se em repúblicas federadas autônomas e fez um balanço da trajetória da questão das nacionalidades de 1917 até aquela data, dizendo: "A ausência das classes exploradoras, que são as principais organizações dos choques entre as nações; a ausência de exploração que



O povo de Nagorno Karabash quer integrar a república da Armênia

cultiva a desconfiança mútua e ataca as paixões nacionalistas; o fato do poder se achar nas mãos da classe operária, que é inimiga de toda e qualquer escravidão e fiel campeã da idéia do internacionalismo; a realização efetiva da ajuda mútua entre os povos em todas as esferas da vida econômica social; e, por último, o florescimento da cultura nacional dos povos da URSS" (nota bem: Stálin fala em florescimento da cultura nacional, e não "supranacional", como dizem os atuais dirigentes) "que é nacional na forma e socialista no seu conteúdo. Todos estes fatores e outros semelhantes mudaram fundamentalmente a fisionomia dos povos da URSS. Desapareceu o sentimento de mútua desconfiança, desenvolveu-se entre eles o sentimento da amizade recíproca, e assim estabeleceu uma cooperação verdadeiramente fraterna entre os povos; no seio de um Estado federal-único".

Destaca-se que a URSS en-

frentou os invasores nazistas: 20 milhões de seus filhos foram assassinados pelas hordas de Hitler, e o povo lutou unido. As várias nacionalidades enfrentaram juntas o invasor e foram decisivas na derrota da besta fascista no mundo. E não se ouvia reclamos contra "opressão russa" pelas várias nacionalidades. Mas este era o tempo do socialismo.

NOVOS TEMPOS

Agora os tempos são outros. São de Gorbachev, da perestroika, da glasnost. Sob sua égide o russo Guennady Kolbin foi designado secretário-geral do PC do Cazaquistão, substituindo um cazaquistão, em represália às manifestações contra o domínio russo nessa república. Prisões e retaliações contra os "nacionalistas" foram a resposta. Tal e qual agora, contra os armênios, tinha razão Stálin. Voltaram as classes exploradoras, voltaram os choques entre as nações. (Carlos Pompe)

Crimes de guerra

Uma carnificina. As classes dominantes do Iraque e do Irã deixaram de lado as veleidades humanísticas que por ventura ainda tivessem e passaram a bombardear as capitais Teerã e Bagdá. No Irã foram mortos por mísseis iraquianos 27 pessoas — e dezenas de feridos — no dia 1º. No Iraque os mísseis iranianos deixaram "um grande número de mortos e feridos", segundo um comunicado militar iraquiano. O governo do Iraque anunciou que bombardeará Teerã — mais de 7 milhões de habitantes — "até sua destruição total". Já o governo do Irã recomendou que os 3 milhões e 200 mil habitantes de Bagdá saiam da cidade. As armas utilizadas para matar os povos são fabricadas nos EUA, URSS, Israel, França e — ai de nós — Brasil, dentre outros produtores bélicos. Calcula-se que mais de 1 milhão de pessoas foram mortas na guerra Irã-Iraque.

Segundo uma publicação inglesa especializada em armamentos, o Iraque é, atualmente, o maior produtor de armas químicas do Oriente Médio. Um dos produtos iraquianos, usados contra os iranianos, é um gás, o Sarin, que causa a morte em apenas dois minutos. Tecnologia norte-americana. A serviço da morte dos povos.

Repressão em Moscou

A polícia de Moscou prendeu cerca de 30, dos 100 manifestantes que protestaram na Praça Vermelha contra a ocupação do Afeganistão pela URSS. O protesto foi realizado durante as solenidades que registravam o 70º aniversário do Exército soviético, dia 24.

Somente no dia 24 de fevereiro a notícia foi liberada pelo governo de "transparência" de Gorbachev, mas no dia 21 de dezembro mais de 150 operários de um depósito de caminhões em Omsk, na Sibéria Ocidental, fizeram greve para afastar o diretor da unidade. Segundo o jornal "Sotsialisticheskaya Industriya", a greve foi vitoriosa — o diretor demitido.

Os parasitas

A rainha Elizabeth II continua sendo a pessoa mais rica da Inglaterra, segundo a revista "Money". Na relação dos 20 mais ricos do país, cinco — inclusive a rainha — são da aristocracia (sangue azul...). Os outros são magnatas da indústria, do setor imobiliário e artistas que enriqueceram nos últimos 20 ou 30 anos. Além da rainha — com uma fortuna estimada em 5 bilhões e 870 milhões de dólares (quase 558 bilhões de cruzados, equivalente à dívida externa da Nicarágua) — também seu filho, o príncipe Charles, faz parte da lista. Está num honroso 14º lugar, com 600 milhões de cruzados — ou 57 bilhões de cruzados.

Segundo a revista, a pessoa mais rica do mundo é o sulão de Brunei, Hassanal Boldiah, de 42 anos, cuja fortuna está avaliada em 24 bilhões e 640 milhões de dólares (mais de 2 trilhões de cruzados). Na lista dos mais ricos do mundo, a rainha Elizabeth está em oitavo lugar.

Escravas do lar

Trabalhando fora ou não, jovens ou idosas, as mulheres continuam fazendo quase todas as tarefas domésticas nos lares de classe média dos Estados Unidos. Uma pesquisa da empresa Johnson Wax revelou que as mulheres dedicam em média 11,2 horas semanais ao trabalho doméstico, enquanto para os homens esse total cai para 3,9 horas. A pesquisa abrangeu 1.400 famílias de diversos Estados norte-americanos.

Negociata ianque

O secretário da Justiça, Edwin Meese, e o diretor da CIA, William Casey, autorizaram o plano de dar 700 milhões de dólares a Israel para que os sionistas não sabotassem um oleoduto iraquiano. O oleoduto foi idealizado pelos EUA, para levar petróleo para a Jordânia — aliada ianque no Oriente Médio. Mas não foi concretizado. Setores do governo estadunidense vetaram a negociata, temendo um escândalo superior ao Irãgate. De qualquer modo, o dinheiro foi entregue aos sionistas.

Arbítrio racista

O governo racista da África do Sul proibiu todas as atividades políticas de 18 organizações anti-apartheid no país, inclusive o Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos, com 700 mil filiados. A Frente Democrática Unida, outra organização colocada sob restrições de atividade, reúne 600 movimentos anti-apartheid e tem 2,5 milhões de membros. A medida adotada pelos racistas pouco diferencia do banimento adotado em 1960 contra o Congresso Nacional Africano, que desde então atua na clandestinidade.

CHILE

Luta ideológica

O Partido Comunista Chileno (Ação Proletária) — PC(AP) — divulgou recentemente um balanço resumido de sua atividade de agitação e propaganda assinado pelo 1º secretário do Comitê Central, Francisco González. Publicamos, a seguir, trechos desse balanço:

"Talvez nunca, como hoje (e isto não é estranho à crise capitalista-revisionista internacional) se gastam milhões de dólares em meios de comunicação de massas, com o único fim de impedir o despertar socialista dos explorados e oprimidos. (...)

Frente a esta grande pressão e agressão ideológica burguesa-revisionista, nós os comunistas não ficamos com os braços cruzados, mas resistimos heroicamente e não só resistimos, mas demos e continuamos dando luta aberta contra todo pensamento burguês e pequeno-burguês. Em nosso caso, militantes do PC(AP), podemos orgulhar-nos do que

realizamos com nossas próprias forças e com a solidariedade internacionalista dos partidos irmãos. Podemos dizer com toda autoridade, que só com nosso partido se iniciou em forma regular, planejada e decidida, a difusão do marxismo-leninismo no Chile. Dentro dos esforços realizados podemos destacar:

— Publicação e difusão mensal, durante oito anos ininterruptos, do órgão do C.C. Ação Proletária;

— Publicação e difusão mensal de 'Adiante';

— Publicação e difusão de Estrela Vermelha, órgão educativo do Comitê Regional de Santiago;

— Publicação e difusão de "Pluma Operária", órgão cultural;

— Reprodução e distribuição para seu estudo de folhetos de Marx, Engels, Lênin e Stálin; de Enver Hoxha, Ramiz Alia, de materiais do PTA, do PC do B e de outros partidos irmãos;

— Realização de cursos, fóruns, palestras para militantes amigos.

"Para as duras condições de vida sob a existência da ditadura fascista e em comparação com nossos meios, é muito o realizado, considerando ainda a participação no combate concreto das massas pela democracia, liberdade, dentro de nossa perspectiva da instauração de uma sociedade socialista. Porém diante da atuação burguesa e revisionista é pouco e insuficiente. Daí que nas atuais condições devemos acentuar o reforçamento de nosso trabalho educativo e propagandístico, tanto no seio do partido como para as massas sem partido".

IADELANTE!



Uma das publicações do PC(AP)

Tribuna Operária

Semanário Nacional
Faça já sua assinatura e ajude a Imprensa Operária que luta pela libertação e pelo Socialismo

- Anual (52 edições) Cz\$ 3.000,00
- Anual Popular (52 edições) Cz\$ 1.500,00
- Semestral (26 edições) Cz\$ 1.500,00
- Semestral popular (26 edições) Cz\$ 750,00
- Anual para o Exterior US\$ 70

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade: CEP:

Estado:

Profissão:

Data:

Recorte este cupom e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda. Rua Adoniran Barbosa, 53 Bela Vista SP CEP: 01318

PALESTINA

Uma imensa favela

O dermatologista Marílio Malaguth Mendonça, vice-presidente do Sindicato dos Médicos de Belo Horizonte, foi um dos integrantes da delegação de profissionais de saúde brasileiros que esteve na Cisjordânia e Faixa de Gaza, prestando solidariedade ao povo palestino em luta contra o terror sionista. Aqui ele conta, com exclusividade para a Tribuna Operária, como foi sua visita aos campos de refugiados.

"Visitei o campo de refugiados de Deir El Balah no dia 28 de janeiro. Para chegar a esse local, meu passaporte foi exigido por duas vezes pelas tropas de ocupação. Lá permaneci por 20 horas. O projeto inicial era de uma permanência de cinco dias, mas as tropas israelenses fecharam o campo, e tive que me retirar. Fui então para o campo de Maghazi.

"Sua estrutura não difere muito dos outros campos que conheci — é uma grande favela. As condições de higiene e saneamento básico são precaríssimas. A população vive em velhos e pequenos barracos, com dois a três cômodos, onde habitam famílias com oito, dez pessoas. O governo israelense não permite a construção de novos cômodos ou residências nos campos de refugiados.

"Inexistem áreas de lazer. As ruas são estreitas e úmidas, com esgoto a céu aberto. Os tetos são precários, inadequados para os rigores do inverno e do verão. As condições materiais das escolas, postos de atendimento médico e outras instituições de caráter coletivo deixam a desejar. A maioria dos casos atendidos no posto médico era de doenças respiratórias, principalmente nas crianças, doenças de pele (micoses, alergias, sarna, piolho etc.), verminoses, doenças reumáticas e stress.

"A população é jovem — muitos com menos de 14 anos. Apesar das miseráveis condições de existência que lhes são impostas, os palestinos formam uma população de boa

cultura, alegre, comunicativa, carinhosa e consciente. Conserva sua dignidade e altivez através de um esforço sobre-humano, enfrentando o opressor. O amor à vida, o desejo de libertação nacional, lhe dá coragem para combater o inimigo até a morte.

"O governo de Israel, através das tropas de ocupação, pratica as mais variadas e terríveis crueldades. Apenas na Faixa de Gaza, tem cerca de 50 mil homens armados até os den-



CDM
Centro de Documentação da Crescente Vermelha
Fundação Maurício Costeira

Os brasileiros dirigem-se à Crescente Vermelha, em Gaza

CONJUNTURA

O que há atrás dos boatos de golpe

Um clima de indecisão profunda por parte do governo e a troca de acusações entre os grupos políticos, e de Sarney à Constituinte, leva alguns a pregarem um recuo da luta por mudanças, em nome de uma abstrata defesa das instituições. Mas a análise mostra que o aprofundamento da crise divide ainda mais os conservadores e exige luta pelo progresso.

A "Folha de S. Paulo" dedicou a manchete e cinco páginas do primeiro caderno da edição de sábado, dia 27 de fevereiro, para uma série especial de matérias, reunidas sob o título único de "A Escalada do Confronto". A seqüência, levou boa parte dos leitores a crer que o país estava às vésperas de um golpe militar e de um retrocesso político grave. E essa impressão era reforçada pelo artigo que iniciava o conjunto, uma tentativa de análise de conjuntura da lavra de André Singer.

Singer, um ex-militante estudantil de tendências anarquistas que hoje cumpre as funções de secretário de redação no jornal da família Frias, alinhou duas ou três declarações quase simultâneas de Sarney e do ministro Leônidas Pires Gonçalves, que indicavam inconformismo em relação aos trabalhos da Constituinte. Concluiu daí que havia risco iminente de uma ação conjugada do Palácio do Planalto e de seu esquema de sustentação contra a Assembléia e as liberdades democráticas em geral. Afirmou que a sociedade estava apática diante da gravidade da situação. E foi além, apontando alguns "partidos de esquerda" como co-responsáveis pela apatia, por sustentarem posições "ingênuas" na Constituinte. Terminou com um apelo, ainda que velado, para que estes partidos abrissem mão de certas teses que pretendem incluir na nova Constituição e se engajassem, em troca, numa frente mais geral, que teria como único objetivo preservar as instituições.

A luta contra golpes não pode incluir a capitulação

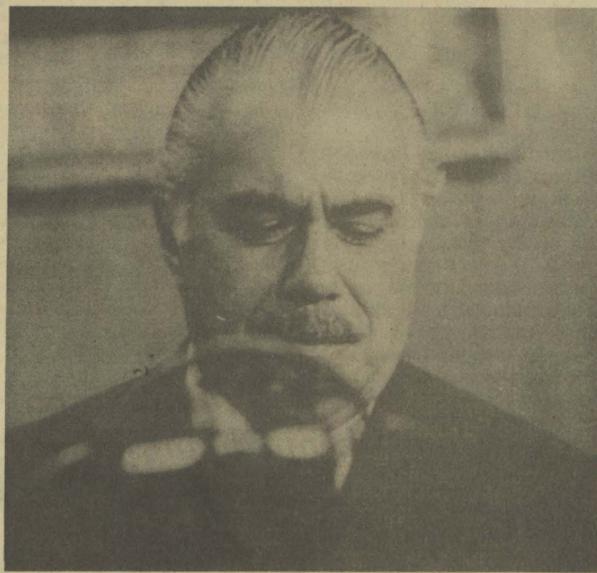
Muitos militantes progressistas embarcaram nos argumentos de Singer, e de qualquer forma prevenir as intervenções das Forças Armadas nunca é demais num país como o Brasil. Mas se é certo que houve de fato ameaças contra a Assembléia, a resposta a elas jamais poderia ter sido a capitulação. Além disso, quem reduzir a sucessão impressionante de crises que marcou a política nacional nas últimas semanas a simples reflexos das pressões militares não poderá enxergar o fenômeno realmente novo que passou a caracterizar a conjuntura há algumas semanas.

Esse fenômeno é o agravamento sem precedentes de divergências que já se esboçavam no seio das forças conservadoras, mas que de um momento para outro, e por razões muito concretas, atingiram proporções inesperadas, a ponto de terem paralisado o governo Sarney no final da semana passada, e de espalharem um clima de intraquillidade e desconforto evidentes entre a direita.

Os conservadores não chegam a qualquer acordo sobre mandato

O sinal mais visível desta divergência é a completa incapacidade que os conservadores demonstram para chegar, eles próprios, a qualquer acordo quanto à duração do mandato presidencial. A partir do final de fevereiro, o presidente Sarney desencadeou uma nova ofensiva em defesa do mandato de 5 anos, já seriamente abalado. Usou a "Conversa ao Pé do Rádio" do dia 26 para novos ataques à Constituinte. Em seguida, anunciou que solicitaria ao Congresso Nacional a cópia de sua certidão de posse na Presidência, talvez para sugerir que iria pedir ao Supremo Tribunal Federal (STF) a garantia do que entendesse ser seu "direito adquirido" por um governo de seis anos. As declarações de Sarney foram acompanhadas, ainda no dia 26, por uma entrevista do general Leônidas Pires, em que disse ser "altamente imprópria" a realização de eleições em 88.

Se essa mesma escalada de pressões tivesse sido desencadeada em algum dos momentos em que o governo Sarney ainda dispunha de uma base de sustentação respeitável, ela teria um efeito avassalador no panorama político. Desta vez, porém, tudo se passou de maneira diferente. O repúdio diante da ofensiva presidencial foi imediato, e obrigou a parcela da direita mais ligada aos empresários, que há muito tempo procura diferenciar-se do governo, a um posicionamento contundente. Logo após a fala de Sarney, o jornal "O Estado de S. Paulo" disse que só algo como a "vaivade patriótica" do presidente o levava a insistir no mandato de 5 anos, e vários líderes do PFL apontaram na mesma direção. E o tom das reações foi se tornando mais incisivo, até que no dia 1º de março o empresá-



Isolado, Sarney tentou e não conseguiu decretar o fim da URP

rio Antonio Ermírio de Moraes classificou como "uma asneira sem tamanho" a vontade de permanecer até 89.

Os expoentes mais lúcidos da direita já vinham observando que a troca de ataques acirrados entre os diversos setores do conservadorismo trariam consequências negativas para todos eles. Foi este, aliás, o conteúdo verdadeiro do discurso de Jarbas Passarinho no Senado, dia 23. Tanto é que, depois de alertar contra o "greivismo" e as pressões populares junto ao plenário da Constituinte, o senador chegou a falar no "imenso perigo" de "rompimento do tecido social brasileiro", e finalizou com uma exortação pela "restauração da autoridade abalada", pelo "restabelecimento da harmonia entre os poderes", e muito especialmente pela eliminação das "provocações e acusações recíprocas" que a direita trocava entre si.

Por mais que as recomendações de Passarinho fossem elogiadas por outros líderes conservadores, elas esbarraram em dificuldades materiais sérias, que não podem ser removidas com simples gestos de boa vontade e disposição ao diálogo. Em busca de algum respaldo popular, cada setor da direita assumiu compromissos próprios e em muitos pontos divergentes, nos últimos meses. Uma frente entre estes setores exigiria agora o abandono de parte importante desses princípios, e resultaria em enfraquecimento. A direita empresarial, por exemplo, assumiu a defesa de um corte drástico em todas as despesas de governo, e comprometeu-se com o mandato de 4 anos. Sarney, mesmo fazendo seguidas concessões aos empresários, deseja manter programas como a distribuição do leite, que apesar

de insignificantes dão margem ao uso do slogan "Tudo pelo Social".

A situação é propícia a uma ampla frente progressista

Este autêntico encalacramento dos conservadores é agravado por dois fatores importantes. Primeiro, o dr. Ulysses Guimarães, que ajudou a sustentar durante longos meses a aprovação de teses reacionárias da Constituinte, está em plena campanha presidencial, precisa conquistar certo apoio entre a esquerda, e por isso rejeita novos acordos que inviabilizem este apoio. Segundo, e ainda mais importante, o país vive um momento extremamente delicado, em que há ao mesmo tempo sinais graves de uma crise econômica e tomada de decisões fundamentais na Constituinte.

Foi a conjugação de todos estes fatores que passou a gerar fatos inesperados, e a tranquilizar os conservadores. O "Centrão" desmilinguiu-se por inteiro. Ele só pôde existir enquanto a direita empresarial e o esquema do Planalto mantiveram algum tipo de acordo, e quando se desfez, a Assembléia passou a aprovar teses importantes, como o direito de greve mesmo nos "setores essenciais", o voto aos 16 anos e a liberdade partidária.

E em determinada altura a confusão tornou-se tão aguda que o próprio governo vacilou durante uma semana inteira para cumprir o acerto com os credores, e congelar os salários dos funcionários públicos. Até o dia 4, a medida não tinha sido tomada.

Que tipo de desdobramento esperar deste quadro? Como em política não existem espaços vazios, e como situações como a atual não podem se

Uma reunião histórica dos partidos políticos

Os presidentes de onze dos doze partidos políticos representados no Congresso Nacional — faltou apenas o senador Antônio Farias, presidente e único parlamentar do inexpressivo PMB — reuniram-se, dia 3, em Brasília, para defender a soberania da Assembléia Nacional Constituinte e reafirmar a sua convicção na consolidação da democracia no Brasil.

Ao final da reunião, os presidentes dos partidos políticos divulgaram uma nota curta e concisa, sintetizando o encontro. A nota diz: "Os presidentes dos partidos políticos reuniram-se para o debate da situação nacional, decidindo manter um processo de consultas, com vistas ao fortalecimento da democracia brasileira, para o que é indispensável a pronta conclusão dos trabalhos da Constituinte".

Estiveram presentes os presidentes do PC do B, João Amazonas; PMDB, Ulysses Guimarães; PT, Olivio Dutra; PDT, Leonel Brizola; PSB, Jamil Haddad; PDS, Jarbas Passarinho; PTB, Afonso Camargo; PT, Álvaro Valle; PDC,

Mauro Borges; PFL, Marco Maciel e PCB, Salomão Malina.

Todos os presidentes de partidos destacaram a importância histórica do encontro e a necessidade de se reafirmar a defesa da democracia e a soberania da Constituinte, como também o próprio fortalecimento da atividade partidária no país.

A nota destoante ficou por conta do ex-governador do Rio de Janeiro e presidente do PDT, Leonel Brizola que, insistentemente, tentou transformar a reunião num fórum de ataque e crítica ao parlamentarismo. O caudilho foi contestado pela maioria dos outros presidentes partidários. Brizola chegou ao cúmulo de afirmar que o parlamentarismo representa uma ameaça maior à democracia do que a própria ação do governo Sarney!

Na opinião do presidente do PC do B, João Amazonas, o saldo da reunião foi positivo, repelindo qualquer ameaça golpista: "Foi uma pronta resposta às ameaças de golpe e às críticas do governo Sarney".



Presidentes dos partidos que integram a Constituinte reunidos

manter por muito tempo, é possível que haja, nos próximos dias, algum tipo de arranjo entre os conservadores, mesmo que signifique novos desgastes junto ao povo. Além disso, porém, a crise acabou sendo responsável pelo surgimento de uma nova tendência, que é preciso observar muito cuidadosamente. Setores importantes, principalmente no PMDB, podem ter começado a compreender que precisam assumir uma postura progressista mais nitida para ocupar algum espaço no cenário nacional. O senador Severo Gomes, que tem feito declarações de rara felicidade, propôs a anulação, pelo próximo presidente da República, dos acordos feitos agora com os ban-

cos estrangeiros. O governador Waldir Pires, da Bahia, atacou duramente a tentativa de recurso ao STF para a definição do mandato presidencial. E em algumas votações no plenário da Constituinte, dezenas de peemedebistas votaram nas posições mais avançadas, algumas vezes contra Ulysses e contra Covas.

Se alguns partidos democráticos, especialmente o PT e o PDT, se dispusessem a abrir mão da postura exclusivista que mantêm até o momento, este fato novo poderia abrir a perspectiva da formação de uma frente progressista, capaz de intervir com força redobrada na conjuntura extremamente rica que o país atravessa. (Antonio Martins)

CONSTITUINTE

Avanços na legislação sindical

Numa confirmação de seu desgaste político e de sua desagração, o "Centrão" não teve forças suficientes para impor suas posições retrógradas e foi forçado a ceder, facilitando a aprovação de importantes conquistas para os trabalhadores durante as sessões da Constituinte na semana passada. Três questões se destacam entre os diversos pontos aprovados: a liberdade e autonomia sindical, a unicidade sindical e o direito, amplo e irrestrito, de greve.

No encaminhamento da votação sobre organização sindical formou-se uma aliança insólita. O PT e os setores de direita ideológica da Constituinte uniram-se numa tentativa desesperada de aprovar o pluralismo sindical e a consequente divisão dos trabalhadores. Tanto isto é verdade que a proposta de pluralismo apresentada em plenário resultou de uma fusão de emendas que tinha como autores os deputados Afif Domingos, José Lins, Cardoso Alves, Olivio Dutra, João Paulo e os senadores Marco Maciel e Carlos Chiarelli. Defenderam o pluralismo os deputados Afif Do-

mingos e Luis Gushiken (do PT) e encaminharam contra os deputados Edmilson Valetim, do PC do B, e Mário Lima, do PMDB. O resultado foi uma derrota esmagadora do pluralismo, que obteve apenas 148 votos contra 305 e 19 abstenções.

UNICIDADE

O PT uniu-se novamente à direita para tentar derrubar a proposta de unicidade sindical, mas também aí não teve sucesso. A emenda que garante a unicidade foi aprovada por 340 votos contra 103 e 42 abstenções, entre elas as dos deputados petistas. Numa tentativa de confundir a opinião pública e enganar os trabalhadores, setores que defendiam o pluralismo argumentaram que a Constituinte não aprovou a liberdade e autonomia sindical. Um argumento falso, mentiroso e tendencioso, pois na verdade a emenda da unicidade consagra plenamente em seu texto a liberdade e autonomia sindicais, rompendo definitivamente com a tutela dos sindicatos pelo Estado. O texto é claro ao afirmar: "É ve-

lado ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical". Ou seja, a partir de agora a organização sindical no Brasil passa a ser totalmente livre e independente do Estado.

Essas duas vitórias foram reforçadas por uma terceira, a aprovação do direito de greve, amplo e irrestrito. A emenda contou com 346 votos a favor, apenas 38 contra (os elementos de extrema-direita como Cardoso Alves, Afif Domingos, Alvaro Pacheco, Irapuan Costa Júnior, Roberto Campos e outros) e 19 abstenções.

De um modo geral, concluída a votação do capítulo relativo aos Direitos Sociais observa-se que o saldo foi positivo, apesar da derrota da estabilidade. Outro fato positivo foi a aprovação, em plenário, do artigo 18, que dispõe sobre a organização partidária, garantindo autonomia para as organizações definirem sua estrutura interna, organização e funcionamento, apesar de uma exigência ainda nebulosa de que o partido tenha caráter nacional e prevendo uma lei ordinária para regulamentar a questão.

Voto. Agora aos 16 anos

A juventude brasileira conquistou uma importante vitória no plenário da Constituinte com a aprovação do direito de voto facultativo aos maiores de 16 anos. Foi uma votação emocionante, com as galerias repletas de jovens, articulados pela combativa União da Juventude Socialista, que desenvolveu um eficiente trabalho de mobilização e de convencimento, procurando durante toda a semana ganhar os votos dos constituintes. O resultado não poderia ser outro. A emenda, dos deputados Edmilson Valentim e Hermes Zanetti, garantindo o direito de voto aos 16 anos foi aprovada por ampla maioria — 355 a 98 e 38 abstenções. Até o PT, que de início havia sido contra a proposta, acabou votando a favor.

A vitória revelou-se irreversível já durante o encaminhamento da votação. O senador Afonso Arinos, o mais idoso dos constituin-



A vitória foi comemorada pelos jovens, em sua maioria da UJS

tes, emocionou o plenário ao defender com entusiasmo o direito ao voto aos 16 anos, lembrando que isto era uma conquista democrática e uma imposição da evolução social e política do país. Aplaudido entusiasticamente pelo plenário, Arinos deixou a tribuna certo da vitória. Proclamado o resultado, os jovens da UJS explodiram de alegria nas galerias.

PARAÍBA

Provocação contra os comunistas

Por volta das 13 horas do dia 1º de março a Polícia Militar, comandada pelo secretário de Segurança da Paraíba, montou com muito alarde uma operação no centro de João Pessoa que tinha "por objetivo a captura de possíveis assaltantes de bancos que cogitavam assaltar o Banco do Brasil e a agência de poupança da Caixa Econômica da Praça 1817".

Alegando perseguição a ocupantes de um carro estacionado em frente à Caixa Econômica, que fica no térreo

do prédio onde se localiza a sede regional do PC do B, a PM invadiu abruptamente a sede do partido, espancou e seqüestrou dois militantes. Os presos foram os professores Damião Alves de Lucena e Bismarck José da Nóbrega e um estudante secundarista, que realizavam trabalho partidário de separação das fichas de filiados.

Motivados pelo clima de excitação criado pela polícia, populares quase lincharam os militantes tidos como "assaltantes", como foram irresponsa-

velmente acusados pelos policiais.

ATENTADO À DEMOCRACIA

De imediato a direção do PC do B localizou os presos na Central de Polícia. Um advogado, que casualmente assistira ao ato arbitrário, estava dando-lhes assistência jurídica. Configurou-se um conflito de opinião entre a Polícia Militar e a Polícia Civil. O delegado de plantão chegou a dizer que houvera um equívoco

e culpou a PM, mas não tomou nenhuma providência para soltar os presos, que passaram a tarde toda detidos.

Foi preciso uma intensa pressão de dezenas de militantes e de representantes de diversas entidades, como a OAB, FEPAC, DCE, Sindicato dos Jornalistas, CGT e de parlamentares para que o delegado liberasse os presos. Aos gritos de "abaixo a repressão", "o povo unido jamais será vencido" e "Um, dois, três, quatro, cinco, mil, viva o Partido Comunista do

Brasil", os militantes foram saudados pelos companheiros quando soltos.

Simão Almeida, presidente do PC do B, disse na ocasião que esta é mais uma "armação" da repressão contra o partido, "um partido que está na linha de frente da luta pela luta direta em 88 e em defesa dos direitos do povo. Uma provocação, com o agravante de que agora violaram a sede e espancaram e prenderam no seu interior os militantes". (da sucursal)

BELO HORIZONTE

Coligação progressista

Com a Câmara Municipal inteiramente lotada pelas mais de 400 pessoas presentes, foi lançada, no último dia 25, uma articulação constituída pelo PSB, PCdoB, PV, PH e PCB com vistas às eleições municipais de Belo Horizonte. Sob o lema "A União faz a frente" o ato contou com a presença de representantes do PDT, do MUP, e de diretores de mais de 40 entidades sindicais e populares, e uma expressiva delegação do movimento dos "sem casa", coordenado pela Federação das Associações de Moradores de Belo Horizonte. Num clima de

grande unidade e empoçamento, com bandeiras e faixas dos cinco partidos, os oradores ressaltaram, em seus pronunciamentos, a importância daquela articulação para enfrentar não só a batalha municipal mas a ofensiva da direita na Constituinte. Para Sérgio Miranda, que falou em nome do PCdoB, aquele era um momento muito importante. "Cria-se aqui uma articulação política apoiada nas forças populares, as verdadeiramente capazes de trazer o progresso para nossa cidade e nosso país".

O PT, apesar de não com-

parecer formalmente representado, esteve presente ao ato. Os entendimentos para que ele venha a se integrar à frente de formação, inclusive participando da chapa que disputará o próximo pleito, estão em andamento.

A preocupação da articulação, depois de vitorioso o lançamento, é continuar o esforço para a ampliação da frente e a realização de um seminário sobre os problemas de Belo Horizonte, para subsidiar a elaboração do programa para a administração municipal da terceira capital do país.

EDMUNDO GALDINO

Tudo pelo governador

No último dia 29, o deputado estadual do PMDB, Edmundo Galdino, afirmou em declarações à imprensa goiana que além de não mais possuir qualquer vínculo com o Partido Comunista do Brasil, não possui sequer qualquer simpatia pelo mesmo. Além disso, numa atitude de servilismo, disse que esperava "que com tais declarações esperava deixar claro ao governador do Estado — Ademar Santillo — a sua total desvinculação com os comunistas".

Tais declarações, divulgadas sob a manchete irônica de

"Tchau, tchau", provocaram intensa indignação de vários segmentos da sociedade goiana, em particular entre os trabalhadores. Isso porque é de domínio público que o deputado Edmundo Galdino teve sua eleição garantida pelo trabalho intenso do PCdoB.

O diretório regional do PCdoB divulgou nota à imprensa afirmando que ao passar à condição de deputado governista, Edmundo Galdino traiu seus compromissos com os trabalhadores para ser instrumento das classes dominantes do Estado, principalmente do norte do estado.



Este sorriso é para Santillo

Os direitos conquistados

Contrariando as expectativas mais pessimistas, o capítulo relativo aos Direitos dos Trabalhadores, cuja votação foi concluída nesta semana pelo plenário da Constituinte, acabou ficando, no geral, bastante positivo. A exceção da questão da estabilidade no emprego, substituída pelo princípio da indenização compensatória (graças a um acordo entre o "Centrão" e o senador Mário Covas, líder do PMDB) algumas importantes e significativas conquistas sociais foram obtidas neste capítulo. A explicação para tal resultado é simples: garantia de derrota da estabilidade, o "Centrão" se desarticulou e passou a fazer certos recuos seja para atenuar seu desgaste crescente perante a opinião pública, seja por falta de unidade interna.

A conquista da unicidade sindical, sem dúvida, foi um dos pontos importantes aprovados pela Constituinte. Apesar da esdrúxula aliança entre o PT e setores da direita, como Afif Domingos, Cardoso Alves, Delfim Netto, José Lourenço entre outros, numa tentativa desesperada de aprovar o pluralismo sindical e, com isso, dividir a luta da classe operária, a unicidade sindical foi aprovada com ampla margem de votos. Desta forma, a estrutura sindical brasileira consagrada na nova Carta avança bastante, uma vez que o Estado não pode mais intervir nas entidades e se garantiu, por outro lado,

OPINIÃO PARLAMENTAR



EDMILSON VALENTIM, dep. constituinte PC do B — RJ

a representação única por cada base territorial.

Outro avanço importante a se destacar foi em relação ao direito de greve. Numa demonstração inequívoca de o movimento social dos trabalhadores está crescendo, a esmagadora maioria dos constituintes, aprovou um texto consagrando o amplo e irrestrito direito de greve.

Em outro tema polêmico, a jornada de trabalho, não se conseguiu fazer aprovar as 40 horas semanais. No entanto, não se pode dizer que houve propriamente uma derrota. Afinal, manteve-se no texto constitucional a

jornada de 44 horas por semana, já consignada antes no projeto da Comissão de Sistematização, o que não deixa de ser um certo avanço. O PC do B foi um dos autores da emenda que estabelecia as 40 horas semanais, derrotada em plenário, apesar de obter 193 votos.

Outras conquistas sociais importantes garantidas na Constituinte foram a igualdade de direitos para os trabalhadores rurais, a definição precisa das necessidades básicas que devem ser satisfeitas pelo salário mínimo, o piso salarial, a irredutibilidade de salários, o conceito de que ninguém pode receber um inferior salário mínimo, a jornada máxima de 6 horas para trabalhos em turnos ininterruptos, o pagamento das férias em mais 1/3, a hora-extra com 50%, a licença gestante de 120 dias, o aviso prévio proporcional, a prescrição das causas trabalhistas após 5 anos (e não dois como queria o "Centrão") e a extensão de alguns desses direitos aos trabalhadores domésticos.

A bancada do PC do B teve uma atuação firme e destacada na votação desse capítulo, sempre lutando para ampliar e garantir ao máximo os direitos trabalhistas, buscando os acordos necessários para viabilizar essas conquistas e não se furtando jamais a defender suas posições de princípio, na defesa dos interesses da classe operária e dos trabalhadores em geral.

PT

Pelo reformismo

O programa que o Partido dos Trabalhadores levou ao ar em cadeia de rádio e TV no último dia 1º é um bom símbolo das grandes contradições que marcam a agremiação nesta fase decisiva da vida brasileira.

Bem produzido tecnicamente, ele teve também o mérito de dedicar espaço substancial à crítica do governo Sarney, à luta por diretas-88 e à denúncia do caráter reacionário do "Centrão".

Mas ao longo dos 60 minutos de apresentação, o telespectador atento certamente voltou a sentir o cheiro forte de reformismo que vem acompanhando o PT nos últimos meses. Talves para deixar claro que os petistas falam sério

quando pregam uma aproximação com certos setores capitalistas, o programa mostrou, logo no início, um industrial que garantia que, o partido graças ao contingente de cientistas, empresários e professores que reúne, está apto a administrar bem o país. Como se o problema do Brasil fosse simplesmente reunir uma equipe honesta e capaz de tocar para frente as estruturas políticas, econômicas e sociais que se consolidaram ao longo de nossa história.

A sensação de reformismo tornou-se mais clara, no entanto, quando o PT apresentou seu "programa de governo". Com a pregação de "um governo justo, honrado e competente".

CPI

Mar de corrupção

Se já é de domínio público a consciência de que a corrupção grassa em todos os poros da administração federal, nas últimas semanas esta evidência ganhou contornos escabrosos. Aníbal Teixeira, ex-ministro do planejamento, saiu acossado por denúncias diárias de favorecimentos e intermediação de recursos na liberação de verbas públicas da Seplan. Não faltou, por ocasião de sua queda, o afago do próprio Sarney: — "Aníbal Teixeira prestou serviços inestimáveis à nação".

Diante do volume das denúncias, a Câmara resolveu instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que ficou sob a presidência do senador José Ignácio (PMDB-ES). Os caminhos para se identificar os responsáveis pelos crimes denunciados, entretanto, parecem escorregadios. O ex-assessor de Aníbal Teixeira, Sérgio Menin Teixeira que também é primo do ex-ministro, não foi localizado para ser convocado para prestar depoimento na CPI. Lúcio Veríssimo, ex-chefe de gabinete de Teixeira, igualmente desapareceu. José Ignácio, argumentando que estas duas pessoas são peças-chave no esclarecimento de um sem-número de depoimentos que os acusam de exigirem porcentagens para liberação de verbas para diversas prefeituras, recorreu à Polícia Federal para encontrá-los.

MISSÃO IMPOSSÍVEL?

Ao lado da investigação em

curso pela CPI, a Polícia Federal, por seu turno, também vai promovendo sua própria apuração. Nesta tarefa acabou trombando várias vezes com o ministro da Justiça, Paulo Brossard, que advogava metodologia diferente para prosseguir no inquérito. A PF, até agora, já identificou a existência de várias firmas e pessoas desconhecidas que se prestavam à "ardua" tarefa da intermediação. Estes agentes, segundo depoimento do deputado Antônio Perosa (PMDB-SP), procuravam os prefeitos de municípios paulistas se oferecendo para conseguir verbas públicas mediante o pagamento de propinas fixadas de 10 a 20% do valor efetivamente recebido.

O prefeito de Valença, no Rio de Janeiro, José Gomes Graciosa, declarou à CPI da Câmara que havia informado em 22 de setembro de 1987 ao ex-ministro do Planejamento, que a firma Hidrosistemas, Engenharia e Recursos Hídricos "cobrou Cz\$ 1,450 milhão para elaborar projeto de saneamento em três bairros da cidade". Acontece que esta empresa tem como um dos sócios Sérgio Menin Teixeira de Souza, atualmente em local incerto e ignorado. Ao que tudo indica, não será por falta de provas que todos os órgãos envolvidos na apuração das denúncias ficarão devendo explicações à nação do que efetivamente ocorreu. Se dúvidas persistirem sobre a responsabilidade dos atos ilícitos, deverão ser debitadas na conta de sólidos interesses incrustados no seio do poder.



O senador José Inácio (PMDB-ES) ao centro, na CPI da corrupção

Inflação de 17,97% em fevereiro. E o governo quer culpar os trabalhadores

Mais uma vez os acenos de otimismo do Palácio do Planalto foram derrubados pelos fatos. A inflação voltou a subir em fevereiro, quando atingiu 17,96% segundo os cálculos do IBGE. Somente nos dois meses deste ano, a alta acumulada é de 37,44%, nos últimos 12 meses a marca é de 381,13%. Caso se repita o mesmo índice nos próximos meses 1988 terminará com uma subida de preços superior a 600%, batendo um novo recorde histórico.

Ressalte-se, no entanto, que a realidade é dinâmica. As coisas tendem a mudar. Para pior. Ainda que a inflação de março, resultando da evolução dos preços desde o dia 16 de fevereiro até o próximo dia 15, registre uma estabilização, como o governo vem alardeando, não há qualquer motivo para otimismo. A se manter a atual política de descontrole em relação às remarcações, logo logo será ultrapassada a casa dos 20% e estará sendo sinalizada uma hiperinflação. Aliás, é também esta a perspectiva dos técnicos da área econômica do governo Sarney.

Fevereiro fechou, ainda, com grandes altas em alguns produtos e serviços de grande consumo popular. A farinha de mandioca, por exemplo, subiu 67,43%; o óleo de soja 35,55%; as passagens de ônibus urbano 21,42%; o pãozinho francês 21,15%; aluguel 22,71%; leite 18,54%; açúcar 18,16%; lanche em restaurante 21,76%; café moído 18,13%. Piorando, evidentemente, as condições de vida dos trabalhadores.

Aparentemente há um dado positivo. A Unidade de Referência de Preço (URP), que reajusta os salários, por representar o valor médio da inflação do trimestre anterior, foi elevada de 9,19% para 16,19% — índice que já será aplicado sobre as remunerações de março, pagas em abril. Pode ser que ocorra uma folga pequena e relativa. Pequena, que fique bem claro, pois a URP ainda se situa abaixo da inflação (esta mais próxima dos 20%) e relativa porque, de fato, só constitui um alívio em comparação aos 9,19% aplicados até agora. Mas não repõe perdas nem evita o arrocho, especialmente porque a inflação tende inexoravelmente para novos recordes.

Não obstante o governo já está de volta com a velha, desmoralizada e hipócrita (sobretudo hipócrita) ladainha de que os preços poderão subir mais por conta dos salários.

Caraiá Metais: multinacionais pressionam para privatização

O governo Sarney manobra para desnacionalizar a Estal Caraiá Metais, instalada no município de Jaquiriri, na Bahia. Acontece que esta empresa, embora tendo que trabalhar com preços defasados para proteger as grandes empresas estrangeiras, está produzindo a pleno vapor, oferecendo empregos e em vias de gerar lucros.

Os interesses imperialistas na região, principais consumidores do cobre produzido pela Estatal, se orientam no sentido da desestatização da Caraiá Metais, assumindo a um preço simbólico aquilo que é do Brasil, desdobrando a empresa em duas partes: a de mineração propriamente dita e a da metalurgia que é o setor mais promissor. Este é o que seria, então, dividido entre quatro multinacionais:

1) Pirelli — empresa italiana, que com a Goodyear (americana) e a Michelin (francesa) já domina a indústria de pneus. A Pirelli é, também, atuante em material elétrico, com diversos fios condutores;

2) Termomecânica — fábrica adquirida em 1984 pela Alcoa (canadense) e que agrega outros grupos correlatos: a Termocanáda Condutores Elétricos e a Termomecânica São Paulo;

3) Ficap-Fios e Cabos Plásticos do Brasil — que pertence à Ericsson (sueca);

4) Eluma — empresa intimamente vinculada à Bundy Co. (americana). Há muito tempo esta organização está em cima do nosso cobre.

Quem estava por trás desta trama toda era exatamente o sr. Aníbal Teixeira, um elemento corrompido e a serviço dos objetivos das multinacionais. O plano de transferência acionária seria efetuada por uma ninharia, concedidos prazos largos, nenhum juízo, fazendo com que a sociedade brasileira não seja ressarcida nem em 10% do valor do investimento num setor como este de importância estratégica. O acampamento e controle da industrialização do cobre poderá ser consumada a desestatização, prejudicar severamente a indústria nacional além de consolidar um poderoso oligopólio no setor. (João Batista Berardo).

Quem tem medo de Josef Stálin

Depois de 35 anos de sua morte, em 5 de março de 1953, Stálin volta a ocupar quase diariamente as páginas dos jornais. E, como já havia acontecido na ocasião em que Krushev subiu ao poder — depois do XXº Congresso do PCUS, em 1956 — sobre ele são lançadas incríveis acusações. Assassino, tirano desalmado, ditador implacável são os adjetivos mais suaves. Dizem até que morreu em seu quarto, sem nenhum socorro, porque todos tinham pavor de entrar em seus aposentos (melhor seria dizer em sua jaula!).

Quem foi este homem tão odiado pelos atuais dirigentes da URSS e pelas classes dominantes de todo o chamado mundo ocidental e cristão? Que crimes cometeu para ser imediatamente responsabilizado, ainda hoje, até pelas manifestações de caráter nacionalista ocorridas na semana passada na Armênia? E por que, apesar de tantas acusações, a própria imprensa burguesa vez por outra é obrigada a reconhecer que seu nome continua lembrado com simpatia pela gente simples do povo soviético? Por que, nos aniversários de seu nascimento e morte, grande número de pessoas faz fila para depositar flores em seu túmulo?

Stálin nasceu em Tifilis, em 21 de dezembro de 1879, filho de um sapateiro — que mais tarde tornou-se operário de uma fábrica de calçados — e de uma camponesa. Aos 15 anos já se ligava aos grupos marxistas que se multiplicavam neste período. Em 1898, com 19 anos, ingressou no Partido Operário Social Democrata da Rússia, que depois da tomada do poder passou a se chamar Partido Comunista (bolchevique) da União Soviética (PCUS).

Em 1912, na Conferência de Praga, quando os bolcheviques, liderados por Lênin, passaram a se constituir em partido independente, foi eleito para o comitê central e destacado para dirigir o "Pravda" órgão oficial da direção do partido. Em 29 de outubro de 1917, foi escolhido para fazer parte do "centro" do partido incumbido diretamente de dirigir a insurreição que, efetivamente, levou o proletariado ao poder, em 7 de novembro. A partir da morte de Lênin, em janeiro de 1924, passou a ser o principal dirigente do PCUS.

Do nada à grande potência sob o regime socialista

Stálin elaborou uma vasta obra teórica, aplicando e desenvolvendo os ensinamentos de Marx e Lênin. Enfrentou tarefas gigantes como a industrialização do país e a coletivização da agricultura com base nos kolkhosos e sovkhosos (cooperativas agrícolas e fazendas estatais) e com o emprego em larga escala de máquinas e equipamentos modernos. Elevou a URSS da condição de atraso a que estava submetida sob o czarismo, à posição de poderoso país socialista.

É evidente que os trabalhadores, estudando hoje tudo que foi realizado, podem encontrar erros e criticar as falhas, aprendendo com a experiência. Mas esta aná-

lise deve ser feita levando em conta as condições históricas. E sem "jogar fora a criança quando tira a água da bacia", como diz o nosso povo. Sem agredir o socialismo a pretexto de "corrigir" deformações, como fazem os inimigos da revolução.

Em 1924, quando Stalin passou a dirigir o PCUS, a URSS já se recuperava das terríveis dificuldades criadas pela guerra e pela sabotagem dos "guardas brancos". O nível de vida dos trabalhadores do campo e da cidade melhorava. O prestígio do partido crescia. Iniciava-se o plano de rápida industrialização do país.

Surge nesta ocasião uma chamada "nova oposição", dentro do partido, anunciando que a edificação do socialismo na URSS só poderia ter esperanças se viesse em seu apoio, imediatamente, um movimento revolucionário ao menos nos principais países capitalistas do Ocidente. A frente deste grupo estavam Trotsky e Zinoviev.

Uma agência para sabotar o poder da classe operária

Desde 1922 Trotsky já pregava "a impossibilidade da edificação socialista isolada no marco nacional de um Estado". Além disto espalhava a desconfiança em relação à aliança com os camponeses, considerados por ele como reacionários. O XIV congresso do partido, em dezembro de 1925, derrotou cabalmente estas concepções derrotistas.

Mas os oportunistas não foram capazes de assimilar o que o partido lhes dizia. Em 1927 voltaram à carga com uma chamada "plataforma dos 83". Stálin, revelando o esforço em convencer os equivocados, reabriu a discussão em todo o partido. E culminou este processo com uma votação de todos os militantes. O resultado: 724 mil votaram a favor do Comitê Central e apenas 4 mil ficaram com as teses trotskyistas.

O grupo revelou-se então abertamente como uma agência organizada da burguesia. Partiu para o rompimento aberto com o partido. Em 7 de novembro, na comemoração dos 10 anos da revolução de 1917, Trotsky e Zinoviev tentaram organizar manifestações públicas em Moscou e Leningrado contra o partido e o governo. Foram expulsos do partido.

A vida dava inteira razão à política do partido. Em 1927, a indústria aumentou em 18% sua

produção, comparando com o ano anterior. Stálin indicava que: "o rápido desenvolvimento da indústria no geral, e dos meios de produção em particular, é o princípio fundamental e a chave para a transformação de toda nossa economia nacional sobre a base socialista".

Em 1929, ele orientava para a necessidade de "ajudar o campesinato a reestruturar a produção agrícola sobre a base de uma nova técnica e do trabalho coletivo". E, justificando o processo de rápida coletivização, dizia: "Agora contamos com uma base material suficientemente forte para assestar golpes nos kulaks (burguesia do campo), para vencer sua resistência, para liquidá-los como classe e substituir sua produção pela produção dos kolkhosos e sovkhosos".

Em 1928 a superfície semeada pelas cooperativas e fazendas coletivas era de 1,4 milhão de hectares. Em 1930 já era de 15 milhões de hectares. A produção de trigo dos kolkhosos e sovkhosos passou de 573 mil toneladas em 1927 para 6 milhões e meio em 1930.

Em 1934, devido à modernização, a semeadura terminou num prazo 40 dias menor que em 1932 e o plano de abastecimento de trigo foi executado em 3 meses menos que o de 32. A potência total dos tratores em todo o país aumentou neste período, de 2,2 milhões de cavalos de força para 8 milhões.

Em janeiro de 1934, Stálin anunciou que "o país se transformou radicalmente. Converteu-se de um país agrário em um país industrial. Converteu-se de um país de pequenas explorações agrícolas individuais em um país de grandes explorações agrícolas e mecanizadas".

O salário real dos trabalhadores dobrou durante o 2º plano quinquenal. Entre 1933 e 37 o fundo de salários cresceu de 34 milhões para 1 bilhão de rublos. O número de escolas primárias e médias aumentou de 8 milhões em 1914 para 28 milhões de 1936. O número de alunos nas escolas superiores passou de 112 mil para 542 mil.

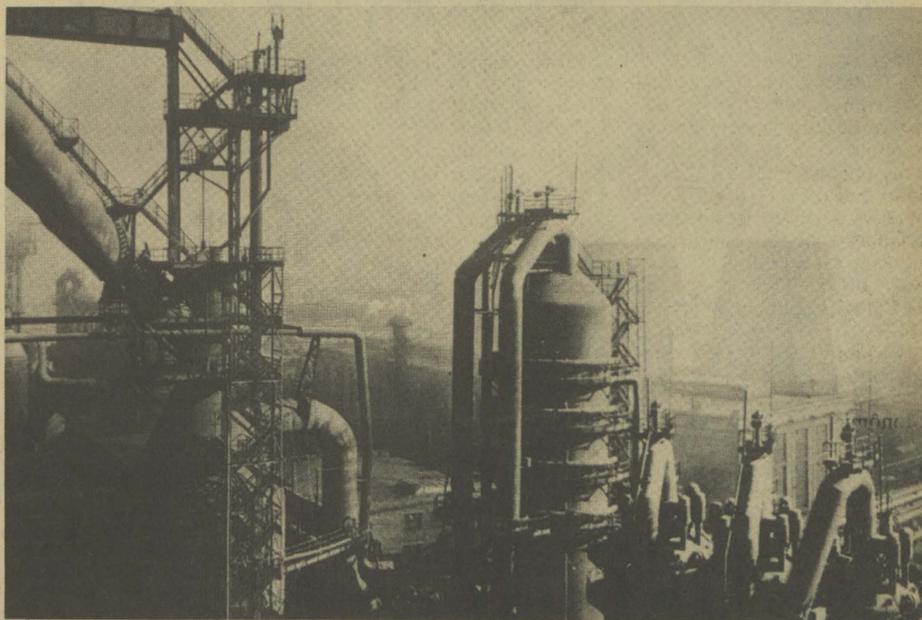
Um vigoroso esforço de emulação socialista, para fortalecer a ideologia revolucionária, foi desenvolvido nesta época, com o chamado movimento stakhanovista. Stálin assinalava a formação de "homens novos, operários e operárias que se fizeram donos absolutos da técnica em seu ramo, que a dominam e impulsionam (...) num movimento que destrói, por ineficientes, as antigas técnicas (...) homens que estão isentos do conservadorismo e da rotina de alguns engenheiros e técnicos".

Genialidade na política e na luta militar

Só não se entusiasmavam com estes resultados os elementos impregnados pelas concepções burguesas. Bukharin opunha-se ao processo de luta contra os kulaks que, segundo ele, poderiam se integrar ao socialismo. Em relação ao campo, lançava a palavra de ordem: "enriquecei-vos". E a publicação trotskyista "Boletim" pregava a "dissolução dos sovkhosos por não serem rentáveis e da maior parte dos kolkhosos, por serem fictícios, acabar com a política de liquidação dos kulaks...".

Nesta altura, Trotsky, Zinoviev e Bukharin já agiam em conjunto, clandestinamente. Em 1º de dezembro de 1934, Sérgio Kirov, destacado dirigente do Comitê Central do PCUS foi assassinado, na sede dos Sovietes em Leningrado, por um membro deste grupo. As investigações, comprovaram que este crime estava relacionado com uma imensa conspiração, em colaboração direta com os serviços de espionagem nazistas. Não restava outro caminho ao proletariado revolucionário, para defender o seu poder socialista, senão levar estes bandidos aos tribunais.

Em seguida, a Alemanha, que representava a ponta de lança da ofensiva capitalista mundial, atirou sobre a URSS todo o peso de sua poderosa máquina, de guerra. Mais uma vez demonstrou-se a genialidade da direção de Stálin, tanto no campo político como no terreno da estratégia militar. O resultado da guerra, com o esmagamento das pretensões nazistas, criou uma nova correlação



O poder operário dotou o país de uma indústria avançada e reestruturou a economia com máquinas modernas

de forças, em plano mundial, a favor do socialismo, desagregou o sistema colonial e deu formidável impulso às lutas revolucionárias. O socialismo tornou-se de fato uma bandeira de esperança para os trabalhadores em todo o mundo.

Para se ter uma idéia da unidade de ferro do povo soviético em torno do partido, e de Stálin em particular, na batalha por um único casarão em Stalingrado (defendida por um sargento chamado Pavlov), as tropas nazistas de Hitler perderam mais homens que na tomada de Paris.

Em 1939, a produção da grande indústria soviética representava 552% do nível alcançado em 1929 (e 12 vezes a de 1913, antes da I Guerra e da revolução). E, no grandioso esforço para eliminar as desigualdades entre as diversas repúblicas, regiões mais atrasadas, como o Tadzhikistão, cresceram até 242 vezes neste mesmo período.

Negação de tudo que a revolução proletária fez

Apesar da enorme destruição causada pela II Guerra, em 1954 a produção industrial da URSS era 18 vezes maior que a de 1929. Em contra-partida, no mundo capitalista, a dos EUA era apenas duas vezes maior, a da Inglaterra 72% a mais e a da França 14% a mais que em 1929.

Todos estes dados mostram cabalmente o êxito admirável do socialismo. É fácil compreender porque o capitalismo viu na URSS um perigo mortal. E porque concentrou contra Stálin, principal dirigente do proletariado e artífice de tantas vitórias, os ataques mais furiosos.

Ao taxar o socialismo de sistema antidemocrático, ao apresentar Stálin como grande ditador, a burguesia e os revisionistas já mais pensaram na liberdade para os povos. Têm como alvo simplesmente abrir espaço para os defensores do capitalismo, implantar o liberalismo em substituição à ditadura do proletariado e, com isto, fazer degenerar a sociedade socialista.

No Brasil, o "Centrão" berra desesperado que o simples pagamento em dobro da hora extra pode inviabilizar o capitalismo. Imaginem o pavor dos patrões em todo o mundo frente ao crescimento espetacular de um país como a URSS nas mãos do proletariado.

Compreende-se então porque a burguesia imperialista patrocinou, logo depois da tomada do poder pelos soviéticos, em 1917, a ação armada dos grupos contrarrevolucionários para matar, no nascedouro, o poder proletário. Promoveu os elementos oportunistas dentro do partido comunista, para tentar destruir, por dentro, a fortaleza revolucionária. Chegou a jogar, contra o país dos soviéticos, na segunda guerra mundial, a maior máquina bélica até então construída pela humanidade, de as tropas de elite do nazismo.

A partir do XXº Congresso do PCUS, a burguesia conseguiu se apoderar da direção do partido, conduzindo Nikita Krushev ao poder. Mas não era possível, diante dos trabalhadores soviéticos e de todo o mundo, atacar diretamente o socialismo. A tática adotada por Krushev foi a de des-



moralizar Stálin, o que nada mais era do que atacar o socialismo levado à prática. O nome de Stálin estava indissolúvelmente ligado à construção da nova sociedade. Não era possível restaurar o capitalismo sem remover do caminho este obstáculo.

Não se negava abertamente o sistema de ditadura do proletariado. Negava-se "apenas" tudo que Stálin fizera. Não se dizia uma palavra contra o marxismo-leninismo. "Apenas" condenava-se sua aplicação por Stálin. Mais exatamente, repudiava-se tão somente o que passou a ser chamado "stalinismo". Mas é evidente que o "stalinismo" não existe enquanto doutrina própria. Ele nada mais é do que a aplicação do marxismo-leninismo nas condições reais existentes na URSS e no mundo no período em que Stálin esteve à frente do PCUS.

Contraste com os grandes êxitos do "stalinismo"

Stálin demonstrou cabalmente, na vida real, a tese leninista de que sem a ditadura do proletariado não é possível quebrar a resistência da burguesia e não se pode defender as conquistas da revolução. Provou igualmente que sem esta organização sólida do poder proletário, é impossível derrotar as intervenções do imperialismo assim como as tendências capitalistas da pequena-burguesia e incorporar as grandes massas camponesas ao socialismo.

Mas o alarido iniciado por Krushev, e agora revivido por Gorbachev, encontram no dia a dia respostas impiedosas. Logo após subir ao poder, Krushev fez questão de tirar da prisão o intelectual Soljenitzin — apresentada como vítima da intransigência stalinista. Mas assim que se viu livre, no mundo ocidental e cristão, este grande "democrata" revelou suas simpatias pela "pequena Alemanha" (nazista) e seu ódio à "grande URSS" (socialista). Revelou simpatia até pelo Czarismo! Logo saiu de cena, não era mais útil à campanha para ludibriar os povos.

Krushev apressou-se também em interferir para a libertação de Gomulka, na Polônia, e para colocá-lo à frente do partido e do governo deste país. Novo fracasso. Em poucos anos esta outra "pobre vítima" fez tantas que o povo polonês o derrubou através de greves e manifestações de rua. Sumiu de cena também. O próprio Nikita tornou-se inconveniente por suas fanfarronices. E seus

próprios comparsas trataram de arranjar-lhe um "afastamento por questões de saúde".

Agora, para emprender uma nova escalada de "correção das deformações", Gorbachev retoma as calúnias contra Stálin. Mas, para conquistar alguma credibilidade, é forçado a revelar, em seu livro "Perestroika", alguns resultados obtidos com a administração revisionista.

Ele diz: "Num certo momento, e isto ficou bastante claro na segunda metade dos anos 70, algo que parecia inexplicável: o país começou a perder impulso (...) Começaram a aparecer na vida social elementos do que chamamos de estagnação e outros fenômenos estranhos ao socialismo (...) a taxa de crescimento da renda nacional caíra para mais da metade e, no início dos anos 80, chegara a um nível próximo da estagnação econômica". Que contraste com os êxitos stalinistas!

Mas ele vai adiante: "Iniciou-se uma gradual erosão dos valores ideológicos e morais de nosso povo (...) os elogios e o servilismo foram encorajados (...) começou a decadência da moral pública (...) o país estava à beira de um abismo".

Fenômenos típicos das crises do modo capitalista

A conclusão a que ele chega, clinicamente, é que "a sociedade socialista não está segura contra o aparecimento e acumulação de tendências paralisadoras e, mesmo contra crises sócio-políticas sérias". Se fosse honesto, teria que acrescentar que, de 1917 até 1954, quando Lênin e Stálin mantinham o partido no caminho marxista-leninista, mesmo com a sabotagem interna e a guerra, o socialismo não conheceu a estagnação, a degradação ideológica e as crises.

Se não fosse, ele também, um renegado, teria que reconhecer que os "fenômenos inexplicáveis" — surgidos na década de 70, coincidentemente depois da subida dos revisionistas ao poder — eram consequência direta do abandono do socialismo e da restauração do capitalismo. Eram manifestações já muito conhecidas das crises capitalistas.

Tudo isto só pode levar os trabalhadores de todo o mundo a estudar mais profundamente a teoria do socialismo científico e a defender, energeticamente, as calúnias contra o grande dirigente comunista Josef Stálin. (Rogério Lustosa)



Stalin: odiado pelo "crime" de construir o socialismo



Mais de 20 feridos na luta por salários

MINEIROS — CRISCIÚMA

Batalha com a PM

Cerca de 3 mil mineiros, que faziam um ato de protesto em frente ao Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, em Crisciúma — Santa Catarina, foram atacados pela Polícia Militar com golpes de cassete, bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral. Os mineiros reagiram com pedradas. Cerca de 27 pessoas saíram feridas.

Os trabalhadores da Carbonífera Próspera entraram em

greve na segunda semana de fevereiro, exigindo reajuste salarial de 145%, já concedido pelo TRT a seis mineradoras privadas da região. A empresa, que é estatal, alega proibição do Cise (Conselho Interministerial de Salários das Estatais) de qualquer reajuste e, por isto, recusa-se a pagar o aumento a seus funcionários.

No dia 1º de março, para pressionar os patrões, os mineiros resolveram fazer um

bloqueio aos bancos, no centro da cidade. Faltando 40 minutos para o final da manifestação (os bancos fecham às 15 horas), a PM, numa nítida ação de provocação, agrediu os participantes.

Dois trabalhadores foram presos, acusados de depredação. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Carvão, José Serafim foi ferido e estava sendo procurado pela Polícia Federal.

SINDPD — S. PAULO

Um rei na diretoria

Um verdadeiro reinado foi implantado no Sindicato dos Profissionais em Processamento de Dados (Sindpd), de São Paulo, por seu presidente, Assis Aderaldo. No último dia 17 de fevereiro, por exemplo, ele "deliberou" a cassação de dois diretores da Entidade, sem nenhum amparo legal ou justificativa razoável, sem ouvir os dois "punidos", sem nenhuma convocação de assembleia, nada, apenas a "vontade do chefe".

Rita de Cássia e Eron Gustavo dedicavam-se em tempo integral ao Sindicato e à categoria. Assis simplesmente os comunicou que estavam cassados os subsídios que recebiam do Sindicato — pois estavam afastados do emprego — e os dois tinham sido afastados "das funções de representação externa e do atendimento aos associados". Mais do que isto, passou a ser vedada a entrada de ambos nas salas reservadas à diretoria. Em linguagem clara, os dois foram expulsos dos cargos para os quais foram

eleitos pela categoria.

Não contente com isto, Assis foi pessoalmente à Nisa (Nacional Informática), empresa onde trabalha Eron, entregá-lo de volta, fazendo questão de apontar para os patrões que trata-se de um militante do PC do B. Tão parecido com o tal "sindicalismo de resultados" que mesmo o Magri deve ter sentido inveja de tanta eficácia.

O móvel imediato é a luta contra os comunistas, diz Rita. "Mas faz parte da concepção de caudilho de Assis. Ele não tolera qualquer oposição. Quer uma diretoria de capazes, que digam amém às suas ordens". Em dois anos de mandato Assis já afastou muitos ativistas com sua prepotência. No último dia 19 ele simplesmente demitiu a advogada do Sindicato, Roselice Autorino, grávida de cinco meses, agindo como qualquer patrão.

A gestão de Assis tem levado o Sindicato a uma situação crítica. Por falta de perspectiva política e de rumos para as

lutas da categoria, isola o Sindpd de tudo e de todos. Nem com os conselhos de trabalhadores das diversas empresas há um diálogo frutífero. A última campanha salarial foi desastrosa. Assis chegou a ser vaiado na última assembleia, em 2 de fevereiro.

Ocorre que durante toda a campanha, a diretoria alardeou a preparação de uma greve legal da categoria. Atiçou os ânimos. Mas na prática não soube encaminhar a organização do movimento. Na hora da assembleia, sem discutir com ninguém, Assis, autoritariamente, encaminhou contra a greve. Os ativistas de empresas que tinham criado condições para a batalha se sentiram ludibriados e vaiaram o presidente da entidade.

Os desmandos têm conseqüência em todas as áreas. O Sindicato não paga o aluguel da sede há vários meses. Já está com ação de despejo. Mas quem ousar qualquer crítica sofre até ameaça de agressão física.

PENÁPOLIS

Pelego no sindicato

Nos dias 27, 28 e 29 de janeiro foram realizadas eleições para o Sindicato de Trabalhadores Rurais da região de Penápolis, São Paulo. Venceram os usineiros. Eles já controlavam o sindicato e agora, na truculência, impuseram outra vez o pelego João Cotolli, da chapa 1, aos trabalhadores.

Concorreram duas chapas, a 1 composta de sindicalistas que pretendia reconquistar a entidade para os trabalhadores rurais, e a 2, controlada principalmente pelos usineiros da Usina Campestre — da família Egreja, ligada à UDR e, através do deputado federal José Egreja, ao "Centrão".

Os usineiros fizeram e distribuíram 1.500 camisetas da chapa 1. Colocaram dezenas

de funcionários no trabalho de campanha e ofereceram condução à vontade para transportar os eleitores. Os gerentes da parte agrícola e industrial da Usina Campestre comandaram a campanha — nos dias das eleições estiveram na porta do Sindicato e nas subdesdes em Alto Alegre e Braúna. O próprio dono da Usina, Mário Egreja, foi com o seu "carrão" ao Sindicato e às subdesdes, inspecionar o andamento das coisas.

Logo no início da campanha, após a chapa 2 ser registrada, os usineiros cortaram (demitiram) cinco membros da chapa: Lair, Giosmar, João Menezes, Eliezer e Lopes — embora legalmente eles tivessem direito à estabilidade. Os usineiros, além disto, pressionaram para que um companheiro deixasse a casa da Usi-

na, onde residia.

Os patrões montaram também uma campanha intensa utilizando a TV, rádio e jornal, locais. Faziam a promoção da chapa 1 e ameaçavam, caso a chapa 2 ganhasse, de não contratar trabalhadores da região e buscar cortadores de cana em Minas Gerais. No dia 24, publicaram matéria de capa no jornal local e compraram mil exemplares para distribuir. Esta máquina de pressão foi articulada com quatro prefeitos da região, que forçaram funcionários públicos a ajudar a chapa 1.

A chapa 2 fez uma campanha de denúncias contra os pelegos e a exploração patronal. Procurou contribuir para elevar o nível de organização dos trabalhadores. Conseguiu certos êxitos mas ainda não foi possível destronar os pelegos.

MULHERES-MG

Um prêmio para homens feministas

Como parte das comemorações do Dia Internacional da Mulher, o Movimento Popular da Mulher, de Minas Gerais, lançou o prêmio Berta Lutz a ser conferido a homens mineiros, vivos, que prestaram algum serviço à causa da mulher, no campo da saúde, educação, trabalho, violência, di-

reito, comunicação e cultura.

As indicações deverão ser enviadas para a sede do Movimento, à rua São Paulo, 679 — 5º andar — acompanhadas da justificativa e material que comprove a atividade do candidato.

O concurso tem como obje-

tivo valorizar e atrair a participação masculina na luta das mulheres pelo reconhecimento de seus valores. Os vencedores receberão um diploma de "feminista honorário" e literatura referente ao assunto. Homens e mulheres podem fazer as indicações.

AIDS

Ainda longe da vacina

Nem todos os portadores de vírus da AIDS morrem devido à doença. Alguns inclusive, misteriosamente, se recuperam totalmente. A AIDS pode ser transmitida por insetos e outros tipos de vírus que estão surgindo em algumas regiões da África. A vacina contra a AIDS ainda está longe de ser alcançada.

Estas são algumas conclusões do Simpósio de Retrovírus da Ásia e Pacífico, realizado em Honolulu, no Havaí. A brasileira Augusta Takeda, diretora da Salck, única empresa nacional que fabrica kits de testes anti-AIDS, participou do simpósio.

Segundo a dra. Augusta, "a AIDS é letal em uma certa proporção de indivíduos, mas muitos dos atingidos não morrem. E isso deve ser muito bem explicado, já que ser sorologicamente positivo, ou seja, ter o vírus no sangue, não significa que a doença vá se desenvolver. Os últimos dados conhecidos no simpósio do Havaí davam conta de que a cada 100 indivíduos contaminados, 10 morrem, 20 têm sorologia positiva — surgem sintomas da AIDS, mas depois a doença desaparece, 30 desenvolvem levemente anticorpos — têm presença do vírus no sangue, sofrem alguns sintomas, mas não chegam a morrer por causa dela, e outros 40 têm anticorpos circulando no

sangue com nível médio, mas não apresentam o vírus".

A doutora alerta que os testes para verificar a existência ou não do vírus da AIDS "são obrigatórios para as transfusões, para se evitar qualquer risco. O sangue infectado com o vírus pode não matar o doador, mas pode matar o receptor se ele for susceptível. No caso dos diagnósticos de AIDS, devem ser feitos vários testes, que devem ser repetidos alguns meses depois. Se possível, deve-se pesquisar a presença de vírus circulante, antes de adiantar ao paciente um diagnóstico conclusivo sobre o curso da doença".

INSETOS TRANSMISSORES

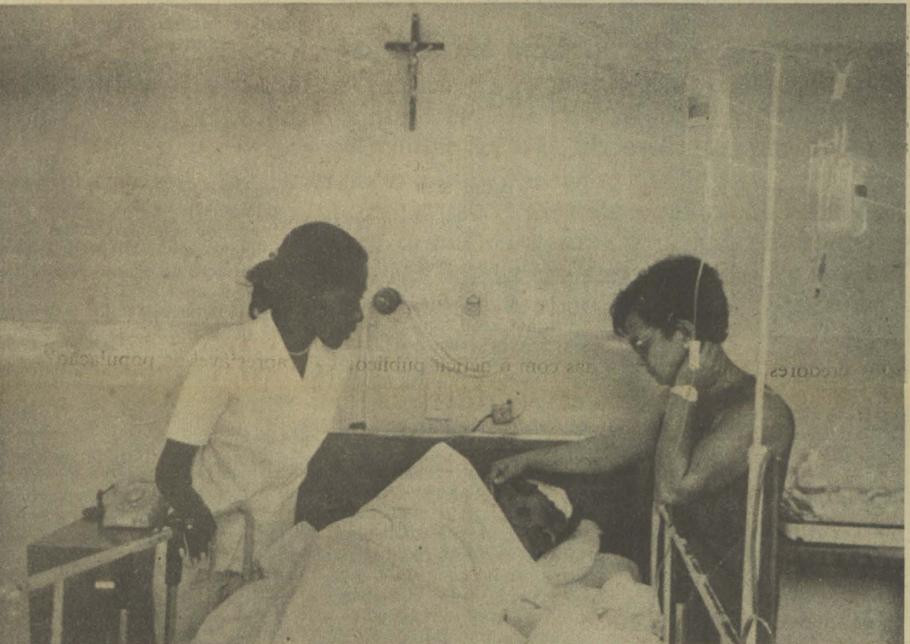
Augusta Takeda diz que há, "entre os especialistas sobre AIDS, três correntes. Aqueles que negam totalmente transmissões do vírus por insetos, como o CDC de Atlanta, nos Estados Unidos — a entidade fez experiências durante um ano e o vírus não se manifestou nos macacos picados por insetos infectados. Os que defendem que esta forma de transmissão existe, porém com um vetor específico e não qualquer tipo de inseto. E os que consideram que as experiências do CDC foram realizadas por um período muito curto, e não são conclusivas,

já que o vírus da AIDS podem demorar até 5 anos para se manifestar".

Para a médica brasileira, não há esperança de uma vacina para breve: "Em menos de uma década não se conseguirá nada neste campo e talvez, pelo número de mutações do vírus — que podem ser dezenas, a vacina seja inviável. O que se está trabalhando é em métodos quimio-terápicos que possam atuar sobre as enzimas da síntese. Porém, não será fácil desenvolver um produto que detenha a proliferação do vírus. Até porque os efeitos colaterais são enormes e poderão matar mais rapidamente os pacientes. O futuro não é nada promissor nessa área".

PERFIL RACIAL

Augusta Takeda advoga que existe um perfil racial no surgimento da AIDS: "A população negra é a mais atingida e a mais vulnerável. Algumas tribos africanas são mais vulneráveis que outras. Já os asiáticos são mais resistentes à doença. Os problemas que a Ásia enfrenta são bastante diferentes dos problemas enfrentados pela África, América do Norte e América Latina. Por isso é imprescindível um conhecimento mais regionalizado do que está acontecendo nas várias partes do Globo, e coordenar os esforços na luta contra a AIDS".



De cada 100 portadores do vírus, 10 condenados à morte

RIO DE JANEIRO

Agora, o drama das doenças

Até 1º de março eram 561 casos com 33 mortos o total de vítimas da leptospirose, a nova epidemia que assola o Rio de Janeiro. Mas o que é a leptospirose?

É uma doença não contagiosa (não passa de homem para homem), causada por um microorganismo denominado espiroquetídio, que infecta além do homem outros animais domésticos ou selvagens. Ela se propaga através do contato de ferimentos do corpo com águas contaminadas ou através da ingestão dessas águas. Leva o indivíduo a apresentar febre alta, dores no corpo, cor amarelada (icterícia), sangramentos, atacando ainda os rins, paralisando-os.

É comum, após enchentes, o surgimento de epidemias diversas. Já em 1966, quando o Rio também foi assolado por uma grande enchente, ocorreu uma epidemia de leptospirose,

matando várias pessoas. Após 22 anos, ocorre agora uma nova epidemia, em proporção maior que a de 1966!

Desde 1966, o Rio apresentou um grande crescimento de sua população, que fundamentalmente estabeleceu suas moradias à beira de rios, principalmente na Baixada Fluminense, fruto do rápido processo de empobrecimento do povo. Os sucessivos governos estaduais não executaram uma política concreta e séria de ocupação do solo urbano, de habitação e saneamento que se adequasse à região.

Rios como o Pavuna-Meriti, Irapui e Quitandinha continuam aguardando até hoje (mais de duas semanas após o surgimento dos primeiros casos da doença) a liberação das verbas pela Caixa Econômica Federal para a sua drenagem, fazendo com que

grandes áreas permaneçam alagadas.

O tratamento precário do lixo faz com que no Rio, como em todas as cidades do país, proliferem ratos em grande número. E a urina do rato é um grande transmissor da leptospirose.

Em conseqüência do descaso com o problema, o governo agora tem que montar esquemas de emergência nos hospitais para receber as vítimas da doença. O Rio de Janeiro dispõe no momento de 473 leitos em 24 hospitais especialmente reservados para os casos de leptospirose, com a possibilidade de ter mais 150 leitos. Mas isto não resolve o problema do povo, que precisa ser preservado da doença.

O mais grave é que ao ultrapassarmos um período de mais ou menos 20 dias após as enchentes, surge um novo risco para o carioca: a hepatite A. E a dengue, que afetou tantos populares em 1987, também é uma possibilidade, já que o Aedes Aegypti, o mosquito transmissor, não foi ainda erradicado.

TAMBÉM EM SÃO PAULO

A ocorrência da leptospirose na Baixada Santista, São Paulo, já tem igualmente caráter de surto epidêmico. Houve 41 casos em fevereiro, com seis mortes, enquanto no mesmo período do ano passado foram registrados dez casos. O maior número de vítimas é nos bairros pobres, onde há falta de esgotos e falta de drenagem. (Maurício Miranda, 1º secretário do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro).



CDM
Centro de Documentação e
Fundação Maurício Camargo

As enchentes agravaram os problemas de saúde da população

DÍVIDA EXTERNA

De volta aos tempos de Delfim Netto

O governo brasileiro chegou a um "acordo preliminar" com os bancos privados estrangeiros em torno da renegociação da dívida externa, que prevê um refinanciamento no valor de 5,8 bilhões de dólares dos juros relativos aos anos de 1987, 1988 e 1989. Também ficou acertada a redução do spread (taxa de risco) para 0,8125% sobre o total dos débitos do setor público a serem reescalados.

Sobre o novo empréstimo (de US\$ 5,8 bilhões), além do spread incidirá uma taxa extra aos bancos, cobrada a título de participação, de 0,37%. Uma parcela, de 3 bilhões de dólares, já havia sido objeto de um "empréstimo-ponte" (negociado em novembro) com vencimento em junho de 1988, que também embutia uma taxa extra "de participação". Essa quantia está sendo refinanciada, a prazos maiores, e sobre ela na verdade o país está pagando duas comissões extras, uma malandragem até então inédita.

Os credores se comprometeram, ainda, a fornecer recursos para a normalização do crédito de curto prazo (de 30 a 60 dias), algo em torno de 600 milhões de dólares destinados ao financiamento de exportações e importações brasileiras.

NEGOCIAÇÃO CONVENCIONAL

A contrapartida do governo brasileiro é a retomada dos pagamentos pontuais dos débitos. Há poucos dias, ele já havia transferido 350 milhões de dólares aos credores, para acerto de parte dos juros devido em janeiro.

O ministro da Fazenda classificou esta atitude de "gesto de boa vontade". Agora serão destinados nada menos que 700 milhões de dólares para saldar os juros vencidos em janeiro e fevereiro.

Conforme nota divulgada pelos credores, com o paga-



Mailson fez o que os bancos exigiram

mento dos US\$ 700 milhões "o governo terá pago aproximadamente 2,7 bilhões de dólares aos bancos desde 30 de dezembro, dos quais mais de 1,7 bilhão de dólares terão sido fornecidos pelas reservas brasileiras".

O resultado obtido até agora expressa o completo retorno às chamadas "negociações convencionais". Os representantes do governo Sarney abriram mão praticamente de todas as reivindicações formuladas anteriormente (desconto sobre a dívida, spread zero e outros) e se dobraram às imposições dos bancos.

O montante refinanciado, por exemplo, está muito aquém do que havia sido proposto na época do ex-ministro Bresser Pereira (mais de 11 bilhões de dólares) e mesmo das reivindicações iniciais colocadas por Mailson da Nóbrega (7 bilhões de dólares para o período 1977/1988).

RETORNO AO FMI

O próximo passo é a celebração de um acordo formal com o Fundo Monetário Internacional. Uma comissão econômica do Brasil já manteve contatos com representantes do Fundo, em Washington, e anunciou as primeiras exigências do organismo, relacionadas com o déficit público.

Trata-se da redução do déficit principalmente através da diminuição das despesas, já que se considera difícil o aumento das receitas governamentais. Isto se traduziria em providências na direção do arrocho salarial dos funcionários federais e cortes nos investimentos e outros gastos das estatais, jogando mais lenha na fogueira da recessão.

Como se vê, nada muito diferente do que foi aplicado aqui na época de Figueiredo e Delfim Netto. A tentativa de congelar a URP (leia matéria nesta página a respeito) já denuncia o dedo do FMI e indica bem o caminho que se pretende seguir daqui por diante.

Não é à toa que o jornal "New York-Times", vinculado aos bancos norte-americanos, considerou o acordo do governo Sarney com os credores uma "vitória dos bancos credores".

"O governo terá de abandonar a retórica de que a negociação da dívida externa é soberana e de que seus serviços não são pagos com a fome do povo", nota o deputado Irajá Rodrigues, do PMDB-RS, que acrescenta: "O governo brasileiro abdica da soberania, ao reduzir seus investimentos, e assume a responsabilidade por ver morrer de fome uma parte apreciável da população".

Poupança ou despoupança?

Vender gato por lebre não é tão fácil. Mas há quem tente. O jornalista Joelmir Beting, da TV Globo e do jornal "Folha de S. Paulo", vem fazendo um esforço digno de nota para convencer seu público sobre as maravilhas do acordo convencional em torno da dívida negociada por Mailson da Nóbrega e do retorno ao FMI.

O acordo, diz ele, "vai religar a tomada da poupança externa". O jornalista chegou a anunciar, com base "nos cálculos do ministro Mailson da Nóbrega", o ingresso de 10,4 bilhões de dólares em empréstimos do sistema financeiro internacional. Número mágico, que estaria "no horizonte de 1988".

BOA FÉ

É de uma boa fé comvente. Infelizmente a estimativa nada tem a ver com a realidade. Em primeiro lugar, foi negociado um refinanciamento de 5,8 bilhões de dólares, sendo US\$ 3 bilhões relativos aos juros de 1987. Ou seja, para "o horizonte de 1988" sobram US\$ 2,8 bilhões. Sem contar os US\$ 600 milhões prometidos para as linhas de curto prazo, já que estas, destinadas ao financiamento do nosso comércio exterior, não aliviarão os pagamentos dos débitos de médio e longo prazo com os bancos privados, apenas repõem recursos retirados anteriormente pelos próprios bancos.

Betting, com invejável otimismo, soma também as reivindicações do governo brasileiro junto ao Banco Mundial, BID e FMI. Não se po-

de, porém, tomar, o desejo por realidade. O governo, por exemplo, quis um refinanciamento maior, superior a 11 bilhões de dólares, dos credores privados. Não conseguiu e teve de contentar-se com os US\$ 5,8 bilhões.

ARTIFÍCIO CONTÁBIL

Por prudência é bom fazer as contas com o que foi negociado até o momento. E, neste caso, cabe constatar em primeiro lugar que o Brasil não ficará com um só tostão do "empréstimo" realizado pelos banqueiros. Tudo ele se destina ao pagamento de juros, isto é, retorna aos próprios bancos, configurando uma mera operação contábil não fosse o fato de que mesmo instituições que não participaram do acordo de refinanciamento (e por isto chama-se refinanciamento, isto é, por destinar-se ao pagamento de juros) poderão receber.

ROMBO DE 13,6 BI

Lembremos que, do acordo, "no horizonte de 1988" restam apenas 2,8 bilhões de dólares. Ora, as obrigações do Brasil com os bancos e entidades oficiais (FMI, Bird, BID e Exibanks) devem exigir algo em torno de 10 bilhões de dólares neste ano. Isto é o que se deve pagar somente de juros, conforme estimativas do Banco Central. Há que somar, ainda, outras remessas (de lucros, patentes, royalties, frete, etc.), que consumirão aproximadamente 3,6 bilhões de dólares. Tiremos por menos os envios ilegais e invisíveis (através do sub e

superfaturamento de exportações e importações, fugas de capital) e, mesmo assim, estaremos diante de um rombo nas contas externas de quase 14 bilhões de dólares, dos quais se pode subtrair os US\$ 2,8 bilhões, pois o resto o país efetivamente vai pagar.

Refresquemos um pouco mais a memória e atentemos para fatos que não admitem números mágicos e artificiais. O governo espera que se realize neste ano um superávit comercial de 11,6 bilhões de dólares. É precisamente por aí que se pode e deve medir as transferências reais de recursos ao exterior. Haveria apenas que diminuir qualquer coisa que venha a ser incorporada às reservas internacionais do país, mas isto não está sendo cogitado, ao menos por enquanto.

DESPOUPANÇA

Falar em poupança externa com uma despoupança deste nível é ingenuidade de marca maior, aliada a uma generosa filantropia para com os agiotas internacionais. Finalmente, é bom que se leve em conta as consequências do refinanciamento que o jornalista da TV Globo toma por poupança externa. Se, de imediato, é inegável que alivia (no caso, em 2,8 bilhões de dólares este ano) a transferência de recursos ao exterior, de outro significa aumentar o tamanho já monstruoso da dívida externa brasileira, ou seja, equivale a contrair encargos ainda mais pesados para o futuro. É ocioso falar sobre os males que isto inevitavelmente provoca. (Umberto Martins)

URP

Com os burros n'água

No afã de aplicar — ato contínuo — as determinações do FMI e dos credores internacionais, o governo Sarney, através do burocrata de carreira Mailson da Nóbrega, apressou-se a despachar um conjunto de medidas econômicas e financeiras para supostamente conter o déficit público. O primeiro tiro foi no sentido de impedir a concessão de novos empréstimos ao setor público por parte dos bancos oficiais. O segundo, até o fim da semana passada, estava engasgando. O alvo já estava devidamente estabelecido: numa primeira etapa congelar a URP para o funcionalismo público federal, e em seguida para o conjunto das categorias de assalariados.

O TIRO PELA CULATRA

Ao invés de atacar as causas fundamentais do crescimento do déficit — o pagamento dos juros escorchantes das dívidas externa e interna — o governo tenta arrochar ainda mais os salários começando pelo funcionalismo. Desde o irrompimento da crise da dívida em 1982, os trabalhadores assalariados vêm sendo sistematicamente prejudicados pela política salarial: através do decreto-lei 2045, passando pelo 2065 (80% do INPC), pelo aumento semestral (que inclusive não abarcava todas as cate-

gorias), o trimestral, o gatilho salarial e o sistema atual do aumento pela URP (Unidade de Referência de Preços, que reajusta os salários pela média da inflação dos três meses anteriores).

Como se não bastasse, agora a ofensiva do governo se dirige contra esse reajuste via URP que no próximo trimestre — março, abril e maio — teve o valor fixado em 16,19%. Esta forma de reposição já tinha sido criada em contraposição ao gatilho. Destinava-se a arrochar ainda mais os salários. Com uma inflação atual na casa dos 20% ao mês, é fácil prever o que poderá acontecer se se concretizar essa estratégia do governo de partir para o congelamento de salários. Várias entidades associativas do funcionalismo público se manifestaram contrariamente ao plano. A Associação dos Engenheiros da Petrobrás, através de um de seus diretores, argumenta: "Já vimos este filme sobre o arrocho salarial, e vimos que esta não é a solução verdadeira para combater a inflação". Raimundo Nonato, da Confederação dos Servidores Públicos, também rebateu a argumentação oficial.

O fato é que mesmo com a determinação de aplicar a receita do FMI o governo esbarra em graves dificuldades políticas. Instalada a reunião do

Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) para resolver a questão, com decreto elaborado e tudo o mais, Sarney foi obrigado a recuar diante de certa oposição exposta no encontro por alguns ministros fruto da reação forte de vários setores do funcionalismo. Ao que tudo indica, entretanto, o decisivo foi a posição do ministro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), brigadeiro Paulo Roberto Camarinha, que expressando um ponto de vista corporativo, alegou que se houvesse congelamento a medida deveria ser extensiva a todos os outros setores. Levantou-se até a questão de como iriam fazer caso os militares fossem chamados — como vêm sendo em todas as principais greves ocorridas ultimamente — para reprimir manifestações grevistas. Diante destes problemas, Sarney manobrava no fim de semana para ver concretizada sua intenção de colocar em prática o congelamento de salários.

O MAIOR ARROCHO

Segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos) os trabalhadores que têm data-base em 1º de março e que não tiveram nenhum tipo de antecipação salarial além da URP, deverão reivindicar

um reajuste de 105,44% na próxima campanha salarial, para reaver o valor dos vencimentos em níveis de março de 87. Este dado, no entendimento de César Concione, da coordenação técnica do Dieese,

configura "a maior perda salarial da história das políticas salariais no Brasil". E as perdas poderão ser ainda mais elevadas com o incremento das taxas inflacionárias. Num quadro como o que se desenha

pela frente, o movimento sindical promove um conjunto de reuniões para não permitir o congelamento e garantir reajustes que reponham o poder aquisitivo. (Pedro de Oliveira).



Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — São Paulo — SP — CEP 01318 — Telefone: 36-7531 (DDD 011) — Telex: 1132133 TLOBR
 Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira
 Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Olívia Rangel, Bernardo Joffily
 ACRE: Rio Branco: Edifício Felício Abrahão, 2º andar, sala 32 — CEP 69000
 ALAGOAS — Arapiraca: Pça. Luís Pereira Lima, 237 Sobrelaje CEP 57000
 Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 — Centro — CEP 57000
 AMAZONAS — Manaus: R. Simon Bolívar, 231 (ant. Pça. da Saudade) — Caixa Postal 1439 — Rua João Pessoa 53, São Lázaro. Fone: 237-6644 — CEP 69000
 BAHIA: Camaçari: R. José Nunes de Matos, 12 — CEP 42.800
 Feira de Santana: Av. Sr. dos Passos, n.º 1399 — 2º andar — sala 1415 — CEP 44100

Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928 1º andar sala 1 — Centro — CEP 45600. Itapetininga: Av. Santos Dumont, 44 1º andar Centro. Juazeiro: Rua América Alves, 6-A CEP 44060. Paratinga: Rua Marechal Deodoro, 30 Centro CEP 47500. Salvador: R. Conselheiro Junqueira Ayres, 41 — Barris — CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de setembro (prédio da ant. Cimesf) — CEP 43700
 DISTRITO FEDERAL: Brasília: HIGS Bloco G Casa 67 — CEP 70302 — Telefone 225-8202
 CEARÁ — Fortaleza: Av. Tristão Gonçalves, 789 CEP 60000. Iguatú: Pça. Otávio Bonfim, s.n. Altos — CEP 63500. Sobral: Av. Dom José, 1236 sala 4 CEP 62100
 ESPÍRITO SANTO — Cachoeiro do Itapemirim: Pça. Gerônimo Monteiro, 89 sala 2 Centro — CEP 29300. Vitória: Rua Prof. Baltazar, 152 CEP 29020
 GOIÁS — Goiânia: Rua 3, n.º 380 casa 6 CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de ju-

lho, 821 Centro — CEP 77100
 MARANHÃO — São Luís: Rua Osvaldo Cruz, 921 Centro Fone: 221.5440 CEP 65000
 MATO GROSSO — Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 Fundos CEP 78030 — Fone 321-5095
 MATO GROSSO DO SUL — Campo Grande: Rua Maria Madalena, 5 CEP 79010
 MINAS GERAIS: Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 Centro — Fone 224-7605 — CEP 30000
 PARÁ — Belém: Rua Manoel Barata 993 CEP 66000
 PARAIBA — João Pessoa: Pça. 1817 n.º 116 2º andar Centro CEP 58020

gre: Rua Vig. José Inácio, 687 3º andar CEP 90020. Caxias do Sul: Rua Bento Gonçalves, 2049 CEP 95100. Canoas: Rua Tiradentes, 130 sala 405 CEP 92100. Cruz Alta: Rua João Manoel, 433 CEP 98100. Pelotas: Rua Tiradentes, 2394 1º andar CEP 96010. Santa Maria: Rua Mal. Floriano Pelxoto, 1357 Fundos — CEP 97100. Novo Hamburgo: Rua Lucas de Oliveira, 96 sala 6 CEP 93510. Rio Grande: Rua Gal. Vítorino, 745-A CEP 96200
 RIO DE JANEIRO — Rio de Janeiro: Rua 1º de Março, 8 2º andar Fone: 252-9935 CEP 20000 — Nilópolis: Av. Amarel Pelxoto, 370 sala 808 Centro — CEP 24000. Duque de Caxias: R. Nunes Alves, 40 sala 101 CEP 25000. Nova Iguaçu: Trav. Benato Pedrosa, 33 sala 349 CEP 26000
 SANTA CATARINA — Florianópolis: Pça. XV de Novembro, 21 sala 705 Caixa Postal: 1231 CEP 88075
 SÃO PAULO — São Paulo: Rua Condessa de São Joaquim, 272 Fone 277-

3322 CEP 01318 Bela Vista. Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281 sala 6 CEP 13470. Botucatu: R. Armando de Barros, 817 1º andar sala 2 CEP 18600. Campinas: Rua Senador Saralva, 448 Fone 2-6345 CEP 13100. Marília: R. Dom Pedro 180 CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 20 2º andar, sala 12 CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119 Caixa Postal 533 CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195 1º andar sala 19 CEP 12200. Guarulhos: R. Pe. Celestino, 42 sala 8 2º andar CEP 12200
 SERGIPE — Aracaju: Rua Itabaitaniha, 145 sala 104 CEP 49010
 A Tribuna Operária é uma publicação da Editora Anita Garibaldi. Composição, Pastup, Fotolitos e Impressão: Gira, Editora Jorúes. (Fone: 815-9999 São Paulo/SP.

GREVE DO FUNCIONALISMO/SP

Governo dá sinais de fraqueza

O governo de São Paulo começa a dar sinais de recuo diante da greve do funcionalismo público, iniciada no dia 11 de fevereiro. Apesar de se recusar a negociar diretamente com as entidades sindicais dos servidores, o governador Quéricia mandou recado pela bancada estadual do PMDB que aceita mudar seu projeto original de reajuste para a categoria. As alterações admitidas são tímidas e os grevistas decidiram manter o movimento e reforçá-lo na assembleia de quinta-feira, dia 3.

A primeira concessão do governo ao funcionalismo foi anunciada na tarde de quarta-feira durante a reunião das bancadas do PMDB e do PFL com as lideranças do "Grupo dos 19" — articulação que congrega as entidades dos servidores estaduais e comanda a greve da categoria. Segundo o porta-voz do Quéricia, deputado Roberto Purini, o governo aceita estender a gratificação de Cz\$ 27,00 por hora-aula para as licenças, 13º salário, férias, horas-atividades e cálculo de aposentadoria.

O governo também admitiu rever as mudanças instituídas pelo projeto oficial no Estatuto do Magistério. De acordo com as entidades do setor, essas alterações resultariam em perdas de velhas conquistas dos trabalhadores da área de educação. Entretanto, o governador só admite esse recuo "após o retorno ao trabalho". Quanto ao reajuste salarial, Quéricia continua irredutível na defesa do baixo índice de 70%. Os grevistas reivindicam 144,39% de reposição salarial mais 15% de aumento real.

O Conselho de Representantes da Apeoesp (Associação dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo), em reunião realizada na manhã de quinta-feira, decidiu rejeitar a proposta do governo. Por unanimidade, os 350 "conselheiros" presentes deliberaram prosseguir com o movimento grevistas, fortalecendo a pressão "nesse momento em que o governo dá sinais de fraqueza".

Segundo informou Sônia Sampaio, diretora de imprensa da entidade, "a nova proposta do governo, apesar de representar uma certa abertura para as negociações, é inaceitável". Primeiro, porque não foi apresentada por escrito, "mas sim pelos deputados, que se dizem representantes de Quéricia". Segundo, porque tenta dividir o funcionalismo em greve ao dar "apenas pequenas migalhas para o magistério".

DEMISSÃO E REPRESSÃO

Durante a última semana a paralisação dos servidores se manteve estável. O magistério, com cerca de 240 mil trabalhadores, continua na linha de frente do movimento. Segundo a avaliação das cinco entidades sindicais do setor (Apeoesp, Udemo, Apase, CPP e Afuse), 90% dos trabalhadores na área de educação estão parados. O aparato militar sem precedentes no ato de protesto do funcionalismo em frente ao Palácio dos Bandeirantes, no último dia 25, gerou maior indignação e aumentou o número de grevistas no magistério.

No caso do setor de saúde, que conta com mais de 40 mil funcionários, o movimento não deslanchou. Os centros de saúde continuam operando. Os 4 mil servidores do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto retornaram ao trabalho. A paralisação é parcial em diversas divisões regionais da

Superintendência de Controle de Endemias (Sucen) e nos Hospitais do Servidor e das Clínicas da capital paulista.

Por sua vez, o governo aumentou a pressão sobre os grevistas. No Hospital das Clínicas, por exemplo, foram demitidos arbitrariamente 86 funcionários na sexta-feira, dia 26. "Muitos dos demitidos estavam em licença médica, de férias; outros eram ligados à entidade de classe e alguns tinham até 20 anos de hospital", denunciou a Associação dos Servidores do HC. Já no magistério o governo ameaça cortar o ponto dos grevistas.

Além disso, o governo apelou novamente para a truculência policial. Cerca de 500 soldados da PM foram mobilizados para evitar a "vigília" dos servidores diante da Secretaria de Educação na terça-feira, dia 1º. Com o órgão isolado o secretário Chopin Tavares se recusou a atender as lideranças do funcionalismo, argumentando que o governador não lhe dera autorização para negociar como os grevistas.

A presença ostensiva da polícia gerou grande revolta, denúncias e vaias. "O governo se defende do povo e não defende o povo", acusou Cláudio Gomes Fonseca, secretário-geral da Apeem (Associação dos Professores do Ensino Municipal) e integrante do Conselho de Representantes da Apeoesp.

DESGASTE DE QUÉRCIA

A constante utilização de forte aparato militar tem desgastado a imagem do governador Orestes Quéricia não só no meio dos servidores. Vários setores da sociedade têm condenado a repressão. Na Constituinte o governador foi denunciado inúmeras vezes. Uma



A PM isolou a Secretaria de Educação para evitar o protesto dos grevistas no dia 1º

cápsula de uma bomba de gás lacrimogêneo lançada sobre os manifestantes no dia 25 foi exibida aos parlamentares. A Comissão de Justiça e Paz também divulgou uma nota repudiando os métodos repressivos do governador "que em nada

diferem daqueles familiares ao regime militar".

O Partido Comunista do Brasil distribuiu amplamente um folheto onde condena a violência do governo estadual. Conforme afirma, o PC do B, "tanto o aparato repressivo

quanto as perseguições odiosas aos grevistas só fazem crescer entre os funcionários a consciência de que a luta por melhores salários implica na luta por liberdades e direitos políticos para os trabalhadores.

As razões das greves no funcionalismo

O funcionalismo público iniciou o ano com grande disposição de luta. Greve de mais de 250 mil servidores em São Paulo; paralisação dos professores em Pernambuco; mobilização dos médicos na Bahia. Esse ascenso grevista não é um fato novo. Nos últimos anos cresce a participação do funcionalismo nos movimentos dos trabalhadores. O forte arrocho salarial e a deterioração dos serviços públicos explicam a combatividade do setor.

Uma pesquisa recente, elaborada pelo Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos da CUT, evidencia a força do funcionalismo no conjunto das lutas dos assalariados brasileiros. Segundo ela, em 1987 ocorreram 1.052 greves em todo o país, envolvendo 12.047.000 trabalhadores. Destas, 481 greves ocorreram no setor público (46% do total), atingindo 8.863.008 de servidores (74% do total de grevistas).

Já no ano de 1986 os funcionários públicos isoladamente tiveram um volume de grevistas superior ao das demais categorias profissionais — excluindo os números da greve geral de 12 de dezembro de 86.

Arrocho salarial estimula a luta

Vários fatores explicam esse ascenso grevista do funcionalismo. Um dos principais é o arrocho salarial. Esse setor foi um dos mais prejudicados durante o regime militar. Com a "Nova República" a política de arrocho prosseguiu. Para ilustrar vale o exemplo dos servidores públicos estaduais de São Paulo.

De janeiro de 87 a janeiro de 88 os trabalhadores do setor receberam apenas quatro "gatilhos salariais" de 20% cada. Estes foram liberados com grande atraso. Além disso, os servidores paulistas não tiveram a recomposição do resíduo inflacionário constatado em junho do ano passado; nem o cômico "abonão-Sarney" de Cz\$ 250,00; e nem os reajustes mensais pela variação da URP a partir de setembro. Segundo o Dieese, para repor essas perdas seria necessário 144,39% de reajuste. Os grevistas reivindicam essa reposição mais 15% de aumento real.

No caso da maioria dos outros Estados a situação

ainda é pior. Em vários locais os servidores não receberam nem os gatilhos salariais. No Rio Grande do Sul o funcionalismo parou 93 dias e não conquistou o gatilho — uma das principais reivindicações da greve. Mesmo os funcionários públicos municipais da capital paulista não tiveram o gatilho. "Na verdade, o que se vê é uma política discriminatória com relação ao servidor público", afirma Cláudio Gomes Fonseca, secretário-geral da Associação dos Professores Municipais de São Paulo e membro do Conselho de Representantes da Apeoesp (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado).

Deterioração nos serviços públicos

Outro grave problema que afeta o setor é a deterioração dos serviços públicos em todo o país. Há cada ano que passa as condições de trabalho dos servidores piora. A jornada de trabalho é excessiva; funcionários do setor de saúde que trabalham com produtos químicos não têm adicional de insalubridade; em vários estados a categoria não possui um plano de carreira, ficando a mercê do clientelismo e da corrupção dos governos.

Segundo Aparecida Santana Borges, a Cidinha, vice-presidente da Asses (Associação dos Servidores da Saúde de São Paulo), a deterioração dos serviços públicos é visível e alarmante. Ela explica que na sua área os investimentos em prevenção de doenças vem diminuindo a cada ano. "Nos postos e centros de saúde falta de tudo. Até material de consumo diário, como seringas, vacinas e curativos, foi reduzido", denuncia. Para ela, "se houver uma epidemia hoje no Estado, o governo não terá condições de con-

trolar e a população vai sofrer ainda mais".

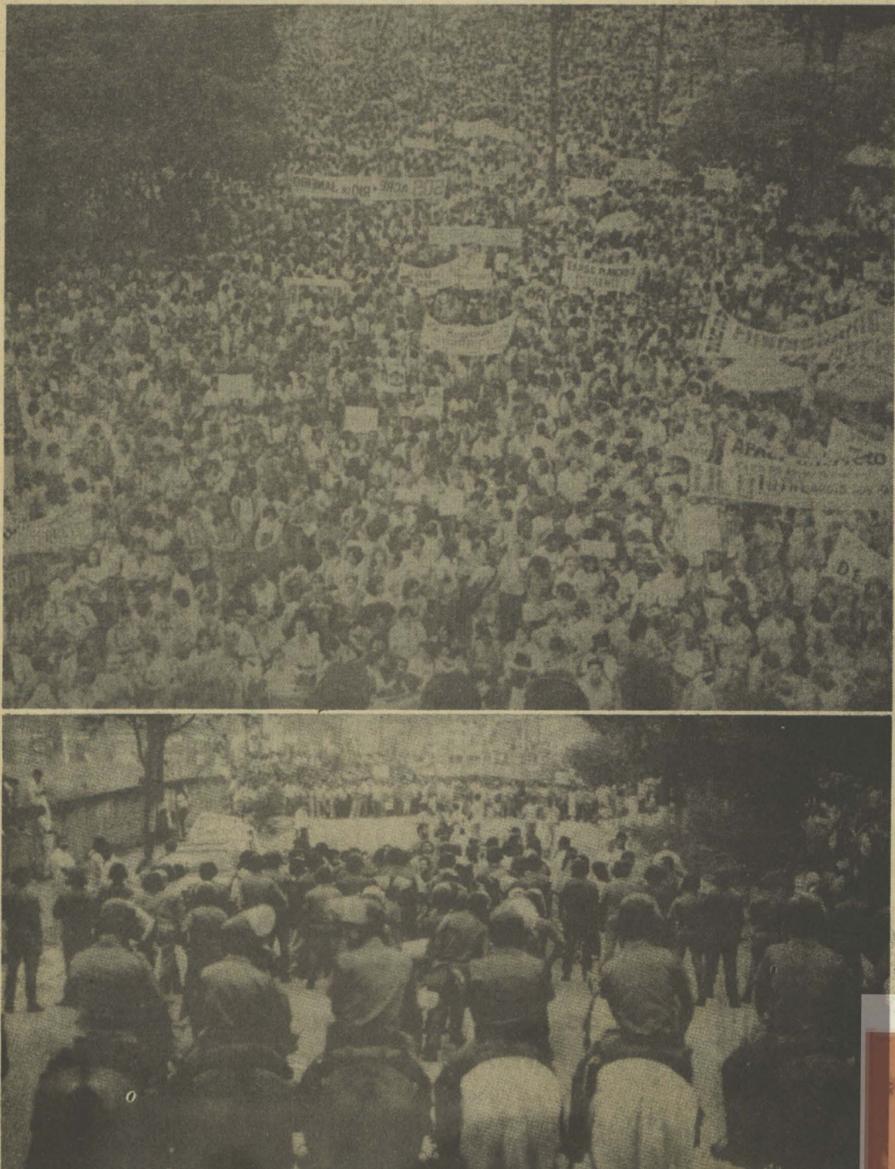
Essa danificação dos serviços públicos tem se acelerado com o projeto do governo de privatizar o setor.

Além desses fatores empurrarem a categoria à luta, há também no setor público uma maior facilidade para a organização dos trabalhadores. No magistério, por exemplo, 80% dos trabalhadores são efetivos, sendo contratados após concurso. Estes têm maior segurança no emprego. Apesar da greve ser proibida no setor público, elas ocorrem e a punição mais comum é o desconto dos dias parados.

Espaço conquistado aumenta organização

Com a vitória da oposição em vários governos estaduais e a derrota do regime militar também houve uma ampliação da liberdade no setor. "Esses espaços democráticos, conquistados com a luta do nosso povo, foram bem aproveitados pelo funcionalismo, que nos últimos anos melhorou seu nível de organização", explica João Antônio Felício, presidente da Apeoesp.

Entretanto, nota-se mais recentemente um retrocesso dos governos nesse campo. O governador Quéricia, por exemplo, tem dificultado a atuação dos sindicalistas e ameaça abrir processos administrativos — que poderão resultar em demissão. "Para conter o déficit público o governo quer prejudicar ainda mais o funcionalismo. Por isso, tende a endurecer e eliminar velhas conquistas da categoria. Nesse sentido, as nossas greves visam melhorar as condições salariais e de trabalho, denunciar a deterioração do serviço público e não permitir um retrocesso no setor", conclui Cláudio Gomes Fonseca (Altamiro Borges)



O funcionalismo público paulista deu uma grande demonstração de força num ato com 100 mil grevistas no Palácio dos Bandeirantes; o forte aparato policial não intimidou a categoria